Lets Rent a Car S/A

Formulário de Referência

Ano: 2026 Versão: 2

Sumário

Lets Rent a Car S/A

1. Atividades do emissor 03

2. Comentário dos diretores 04

3. Projeções 05

4. Fatores de risco 06

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 07

6. Controle e grupo econômico 08

7. Assembleia geral e administração 09

8. Remuneração dos administradores 10

9. Auditores 12

10. Recursos humanos 13

11. Transações com partes relacionadas 14

12. Capital social e Valores mobiliários 15

13. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 17

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 18

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 22

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 23

1.5 Principais clientes 24

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 25

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 26

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 27

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 28

1.10 Informações de sociedade de economia mista 31

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 32

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 33

1.13 Acordos de acionistas 35

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 36

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 37

1.16 Outras informações relevantes 38

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 39

2.2 Resultados operacional e financeiro 56

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 59

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 60

2.5 Medições não contábeis 61

2.6 Eventos subsequentes as DFs 62

2.7 Destinação de resultados 63

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 64

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 65

2.10 Planos de negócios 66

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 68

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 69

3.2 Acompanhamento das projeções 70

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 71

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 89

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 90

4.4 Processos não sigilosos relevantes 96

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 98

4.6 Processos sigilosos relevantes 99

4.7 Outras contingências relevantes 100

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 101

5.2 Descrição dos controles internos 102

5.3 Programa de integridade 103

5.4 Alterações significativas 108

5.5 Outras informações relevantes 109

Índice

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 110

6.3 Distribuição de capital 151

6.4 Participação em sociedades 152

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 153

6.6 Outras informações relevantes 154

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 155

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 156

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 157

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 158

7.4 Composição dos comitês 163

7.5 Relações familiares 164

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 165

7.7 Acordos/seguros de administradores 166

7.8 Outras informações relevantes 167

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 168

8.2 Remuneração total por órgão 169

8.3 Remuneração variável 173

8.4 Plano de remuneração baseado em ações 174

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 175

8.6 Outorga de opções de compra de ações 176

8.7 Opções em aberto 177

8.8 Opções exercidas e ações entregues 178

8.9 Diluição potencial por outorga de ações 179

8.10 Outorga de ações 180

8.11 Ações entregues 181

8.12 Precificação das ações/opções 182

8.13 Participações detidas por órgão 183

8.14 Planos de previdência 184

8.15 Remuneração mínima, média e máxima 185

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 186

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 187

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 188

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 189

8.20 Outras informações relevantes 191

Índice

9. Auditores

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 192

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 194

9.4 Outras informações relevantes 195

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 196

10.1 Descrição dos recursos humanos 197

10.2 Alterações relevantes 198

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 199

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 200

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 201

10.5 Outras informações relevantes 202

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 203

11.2 Transações com partes relacionadas 204

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 262

11.3 Outras informações relevantes 265

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 266

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 267

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 268

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 273

12.5 Mercados de negociação no Brasil 274

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 275

12.7 Títulos emitidos no exterior 276

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 277

12.9 Outras informações relevantes 278

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 279

13.1 Declaração do diretor presidente 280

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 281

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a 282

1. Atividades do Emissor
1.1. Histórico do emissor

A Let's Rent a Car S.A. ("Let's" ou "Companhia") iniciou suas atividades em 1995, na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, operando inicialmente como franquia de uma empresa do setor de locação de veículos, com uma frota de 30 automóveis.

Em 2006, a Companhia deixou o modelo de franquia e passou a operar sob marca própria, Let's Rent a Car, com foco na locação diária de veículos (rent a car). Três anos depois, em 2009, reposicionou seu modelo de negócios para atuar exclusivamente no segmento de terceirização de frotas corporativas, descontinuando, assim, suas lojas de aluguel diário.

Em 2011, a Let's consolidou sua presença no mercado com a aquisição das carteiras de clientes de duas empresas do setor, Nova e Lopira, elevando sua frota para aproximadamente 5.100 veículos, com foco em veículos leves. Em 2015, associou-se às empresas Salute e Valoriza, ampliando ainda mais sua escala operacional.

No ano de 2018, a Companhia foi adquirida pela Vix Logística S.A. ("VIXPar"), empresa do Grupo Águia Branca — conglomerado com mais de 78 anos de história no setor de logística e transporte — passando a integrar sua plataforma de negócios.

Em 2021, diversificou suas operações ao ingressar no segmento de assinatura de veículos por meio da plataforma digital de mobilidade urbana V1. No ano seguinte, em linha com seu novo posicionamento estratégico, passou a atuar também no segmento de locação de veículos pesados.

Em fevereiro de 2023, celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações da EMAA Participações S.A. e da EMG Participações Ltda., controladoras diretas da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S.A. ("EBEC"), especializada na locação de veículos para o setor de mineração e toda sua cadeia produtiva. A transação foi concluída em abril de 2023. A EBEC é uma empresa fundada em Minas Gerais com mais de 59 anos de atuação, com destaque no nicho de locação de veículos especializados para atender ao setor de mineração e toda sua cadeia produtiva.

Ainda em 2023, a Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), marcando seu ingresso no mercado regulado de capitais.

Em janeiro de 2024, foi aprovada, em Assembleia Geral, a incorporação da subsidiária integral EBEC, com o objetivo de simplificar a estrutura operacional, societária, tributária e tecnológica do grupo, promovendo sinergias, unificação de sistemas e otimização da gestão, com reflexos positivos sobre a eficiência e a redução de despesas operacionais e administrativas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Let's é uma empresa com mais de 28 anos de experiência no mercado, tendo iniciado suas operações no segmento de locação diária de veículos ("rent a car") e, posteriormente, migrado para o modelo de Gestão e Terceirização de Frotas ("GTF"), consolidando sua posição como referência no setor. Desde 2018, integra a VIXPar e, por consequência, o Grupo Águia Branca, um dos maiores conglomerados de transporte e logística do Brasil, com atuação nacional nos segmentos de transporte rodoviário de passageiros, logística integrada e comércio de veículos.

Atualmente, a Companhia concentra suas operações no segmento de GTF, com cobertura em todo o território nacional. Seu modelo de negócio é baseado na oferta de soluções customizadas para empresas de médio e grande porte, mediante contratos corporativos de longo prazo (tipicamente entre 24 e 60 meses), com possibilidade de renovação e estruturação sob medida via processos de concorrência ("bids"). Além disso, a compra dos veículos é feita apenas após o êxito na concorrência, para melhor atender a necessidade do cliente.

O escopo da gestão de frotas contempla desde a aquisição e customização dos veículos até a gestão completa do ciclo de vida da frota, incluindo manutenção preventiva e corretiva, rastreamento, seguro, documentação e gestão de multas, entre outros serviços. Essa abordagem permite que os clientes se concentrem em suas atividades principais, transferindo para a Let's os ônus operacionais e administrativos da gestão veicular

A atividade de GTF é uma atividade de capital intensivo com pouco custo fixo. Embora a barreira de entrada não seja elevada, a Companhia diferencia-se pela busca constante de "descomoditização" da sua oferta, investindo em tecnologia, qualidade de atendimento e serviços agregados que ampliam a percepção de valor do cliente e promovem margens superiores às da média do setor.

A estratégia operacional da Companhia está centrada na manutenção de uma frota com alto padrão de qualidade, baixa quilometragem e em constante processo de renovação. Adicionalmente, a Let's investe em veículos de maior valor agregado, alinhados à prestação de serviços diferenciados de gestão, o que tem permitido à Companhia elevar sua receita média por veículo locado e, consequentemente, sua rentabilidade.

Como reflexo dessa estratégia, a Companhia tem observado crescimento consistente em seu ticket médio de locação de frotas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Ticket médio de locação de frota (em R$)	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre
2024	R$ 3.331,86	R$ 3.368,61	R$ 3.338,75	R$ 3.410,42
2025	R$ 3.363,19	R$ 3.514,53	R$ 3.583,74	R$ 3.740,13

Fonte: Companhia, em 31 de dezembro de 2025

A Companhia entende que adota um modelo de negócios moderno e inovador, com atendimento personalizado, de qualidade e com gestão ativa. Esta abordagem tem permitido alcançar, em termos de receita e clientes, um crescimento saudável e de forma eficiente:

Crescimento da receita bruta *vs* frota operacional	2024	2025
Receita Bruta (em R$ mil)	R$ 1.114.971,00	R$ 1.114.486,00
Frota (em unidades)	16.734	14.533

Fonte: Companhia, em 31 de dezembro de 2025

Ao longo dos anos, a Let's consolidou parcerias estratégicas com as principais montadoras do país, garantindo condições comerciais competitivas, previsibilidade na entrega de veículos e suporte ao crescimento sustentável da frota. Isto permite que a Companhia atenda a seus clientes em diversas regiões do país, e atenda a diversos setores do mercado, assegurando capilaridade e diversificação da receita:

Distribuição da receita por estado (em %)	2024	2025
São Paulo	36,8%	42,6%
Minas Gerais	36,8%	20,2%
Espírito santo	13,5%	14,3%
Pará	0,9%	8,6%
Bahia	3,5%	5,7%
Rio de Janeiro	1,9%	3,3%

Mato Grosso do Sul	2,7%	3,1%
Mato Grosso	1,5%	1,2%
Paraná	1,5%	0,7%
Amazonas	0,9%	0,4%

Fonte: Companhia, em 31 de dezembro de 2025

Distribuição da receita por setor (em %)	2024	2025
Mineração	12,4%	22,6%
Celulose	11,1%	14,4%
Telecomunicação	4,3%	4,7%
Agroindústria	4,0%	4,0%
Energia	2,4%	3,2%
Siderurgia	2,4%	3,2%
Outros	63,3%	47,9%

Fonte: Companhia, em 31 de dezembro de 2025

Adicionalmente, a Companhia possui relação de longo prazo com seus principais clientes, o que viabiliza estabelecer contratos duradouros, fidelização e baixa taxa de inadimplência, garantindo, portanto, um retorno eficiente de suas operações:

Distribuição da receita por cliente (em %)	2024	2025
Cliente 1	7,3%	15,3%
Cliente 2	6,9%	6,8%
Cliente 3	3,8%	4,3%
Cliente 4	2,4%	3,0%
Cliente 5	1,6%	2,5%
Cliente 6	2,0%	2,4%
Cliente 7	0,3%	2,4%
Cliente 8	1,8%	2,3%
Cliente 9	1,7%	2,0%
Cliente 10	2,1%	1,8%
Outros	70,0%	57,3%

Fonte: Companhia, em 31 de dezembro de 2025

Gestão de Frotas

A Let's atua no segmento de gestão de frotas e locação de veículos leves e pesados para empresas (modelo B2B), por meio de contratos de longo prazo, com duração média de 33 meses (em 31 de dezembro de 2025). A frota da Companhia é composta por veículos leves e pesados, adequados às necessidades específicas de cada cliente.

A atividade de GTF vai além da simples locação de veículos: trata-se de uma solução completa e personalizada, que se inicia com o estudo individualizado das necessidades de cada cliente, passando pelo correto dimensionamento da frota, definição dos modelos ideais e a customização dos veículos com acessórios, itens de segurança e funcionalidades específicas. A Companhia também se responsabiliza por toda a cadeia de gestão veicular, incluindo manutenção preventiva e corretiva, substituição de pneus, seguros, suporte logístico, serviços de documentação, licenciamento, pagamento de IPVA e multas, entre outros.

Ao longo da vigência do contrato, os clientes contam com acesso a um portal de gestão com relatórios gerenciais online, que oferecem visibilidade, agilidade e indicadores operacionais relevantes para a tomada de decisão. Essa abordagem consultiva e baseada em dados permite ao cliente reduzir custos, aumentar sua eficiência operacional e concentrar esforços em seu core business.

A Let's disponibiliza contratos sob medida, com ampla variedade de marcas e modelos, e estrutura seus pacotes de serviços com flexibilidade, sempre com foco na excelência operacional, inovação e na experiência do cliente. Esse modelo fortalece a fidelização dos clientes, amplia o ciclo de vida da frota e posiciona a Companhia como uma parceira estratégica em mobilidade corporativa.

Crescimento das operações

A Companhia vê um cenário favorável para a expansão de suas operações, impulsionado pela crescente adoção da terceirização e gestão de frotas por parte das empresas que buscam maior foco em suas atividades principais, redução de imobilizado, aumento da eficiência operacional e melhor controle e mais informações relativas à frota e adoção das melhores práticas de mercado.

Entre 2023 e 2025, a Companhia apresentou crescimento sustentável de EBITDA, considerando também os resultados da venda de ativos seminovos. Esse desempenho reflete tanto a execução da estratégia da Let's quanto o crescimento estrutural do mercado de GTF no Brasil.

Em R$ mil	2023	2024	Var YoY	2025	Var YoY
EBITDA	431.122	444.090	3,0%	495.722	11,6%
Margem EBITDA	44,5%	42,5%	-2,8 p.p.	47,2%	4,8 p.p.

Fonte: Companhia, em 31 de dezembro de 2025

Atualmente, estima-se que apenas cerca de 20% a 25% das empresas privadas brasileiras adotam a terceirização de frotas, o que demonstra um grande potencial de expansão. Em comparação com mercados mais maduros, como Europa e Estados Unidos em que cerca de 55% a 70% das empresas utilizam o serviço de GTF, no Brasil ainda há um índice de penetração relativamente baixo, reforçando a perspectiva positiva para o setor[1].

Assim, a Companhia pretende continuar a investir no modelo de negócio baseado nos pilares de excelência operacional, execução e qualidade no atendimento ao cliente, para expandir organicamente a operação e aumentar o *market share*.

Aumento da Terceirização de Frota
A baixa penetração somada à retomada do crescimento econômico e à tendência crescente de terceirização de frotas pelas empresas (devido à necessidade de maior foco no *core business* e à redução da base de ativos por parte das empresas), representam oportunidades de expansão da Companhia.

Investimentos em Inovações e Melhorias Operacionais
Atenta às oportunidades de crescimento e novos modelos de negócios, a companhia está sempre buscando diversificar seus produtos e solucionar as dores do mercado no que tange à mobilidade *business-to-business*. Além disso, a Companhia está constantemente estudando e investindo em tecnologias e novos produtos/soluções que reforçam seu posicionamento, melhoram a experiência do cliente e a conveniência do negócio de gestão de frota. A Companhia implementa e planeja continuar a implementar novos sistemas que fortaleçam sua capacidade de análise de dados e gerenciamento, otimizando custo e oferecendo um melhor serviço para seus clientes.

Manter sólida estrutura de capital e administração de caixa conservadora
A Companhia adota uma gestão financeira prudente, com foco na preservação de uma estrutura de capital sólida e na manutenção de níveis adequados de liquidez. Suas políticas de tesouraria priorizam a disponibilidade de caixa compatível com as necessidades operacionais e o acesso contínuo a linhas de crédito com instituições financeiras, visando sustentar o crescimento do negócio.

As estratégias de captação e aplicação de recursos permanecem alinhadas ao planejamento estratégico, com ênfase na geração consistente de caixa operacional, diversificação e otimização das fontes de financiamento, e manutenção de níveis de endividamento saudáveis. Dessa forma, a Companhia busca preservar seu perfil de crédito e manter classificações favoráveis junto às agências de rating.

Venda de seminovos
A venda de seminovos é parte essencial do modelo de negócios da Companhia, contribuindo diretamente para sua sustentabilidade e rentabilidade. Para isso, é fundamental uma gestão eficiente da frota ativa, com foco no controle de custos de manutenção, tempo de uso dos ativos e processos de desmobilização.

A Companhia tem aprimorado continuamente essa frente, com a profissionalização da equipe dedicada, abertura de novos canais de venda e definição de estratégias específicas para maximizar o valor de revenda e atingir as metas comerciais estabelecidas. Esse esforço contribui para o equilíbrio do ciclo operacional e para a manutenção de margens saudáveis no negócio de gestão de frotas.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças
Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização dos cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, sobretudo se ocorrendo de maneira combinada. Dentre os riscos relacionados à Companhia, destacam-se:

- A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes;

[1] Fonte: Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis

- A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais;
- As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores;
- Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia;
- O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente.

Dessa forma, a materialização isolada ou combinada dos fatores acima, bem como dos demais riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, pode afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, a capacidade da Companhia de mitigar tais riscos está diretamente relacionada à solidez de seus pontos fortes operacionais e financeiros, sem prejuízo das medidas de gestão de risco adotadas no curso normal de seus negócios.

1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.4. Produção/Comercialização/Mercados

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.5. Principais clientes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros
(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não realizou, diretamente ou por meio de terceiros, qualquer contribuição financeira para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.8. Efeitos da Regulação Estrangeira

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

1.9 Informações Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade. Contudo, a sua controladora, Vix Logística S.A. ("VIXPar"), publica, desde 2021, Relatório de Sustentabilidade, o qual consolida as informações das suas controladas diretas e indiretas, utilizando o método GRI, orientado para divulgação mais ampla de informações, fornecendo estrutura e padrões para uma compreensão mais abrangente dos impactos da organização alinhados aos temas materiais, definidos conforme engajamento dos *stakeholders*, indicadores complementares relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e *Sustainability Accounting Standards Board* - SASB. O relatório de Sustentabilidade da VIXPar está disponível para consulta no seu site de relações com investidores: https://ri.vix.com.br/.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

h) *se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas*

A Companhia realiza inventário de emissão de gases do efeito estufa, com o escopo 1 (emissões liberadas para a atmosfera como resultado direto das operações da própria empresa), 2 (emissões indiretas, provenientes da energia elétrica adquirida para uso da própria Companhia) e 3 (emissões indiretas não incluídas no escopo 2) de sua controladora VIXPar, desde 2021. As informações podem ser encontradas no site https://ri.vix.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/.

O inventário segue a metodologia do GHG Protocol e é auditado por terceira parte independente. O objetivo desse inventário é reportar voluntariamente à sociedade as emissões de gases de efeito estufa da Companhia.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) *a não divulgação de informações ASG*

A Companhia não divulga informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) por meio de relatórios anuais ou documentos específicos próprios. As informações relacionadas ao tema são contempladas nos Relatórios de Sustentabilidade da sua controladora, VIXPar, a qual abrange suas controladas diretas e indiretas.

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do tema, bem como as crescentes demandas do mercado por maior transparência em relação a práticas ASG. Dessa forma, o assunto é tratado de forma recorrente no âmbito da gestão, considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a suas obrigações e responsabilidades.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade
A Companhia não possui uma matriz de materialidade própria formalizada, uma vez que os temas materiais relacionados às práticas ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) são contemplados na matriz de materialidade da sua controladora, que considera os impactos, riscos e oportunidades aplicáveis às controladas diretas e indiretas, incluindo a Companhia.

Além disso, as informações relacionadas ao tema são divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade da VIXPar, que abrangem as operações e iniciativas da Companhia.

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do tema, bem como as crescentes demandas do mercado por maior transparência em relação a práticas ASG. Dessa forma, o assunto é tratado de forma recorrente no âmbito da gestão, considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a suas obrigações e responsabilidades.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
A Companhia não possui indicadores-chave de desempenho ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) divulgados por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, uma vez que os indicadores relacionados ao tema são contemplados e reportados pela sua controladora em seus Relatórios de Sustentabilidade, os quais abrangem suas controladas diretas e indiretas.

Ainda assim, a Companhia reconhece a importância do monitoramento e da transparência em relação a práticas ASG, bem como as crescentes demandas do mercado sobre o tema. Dessa forma, o assunto é tratado de forma recorrente no âmbito da gestão, considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a suas obrigações e responsabilidades.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
A Companhia não realiza auditoria ou revisão independente específica sobre informações ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) por meio de relatórios anuais ou documentos específicos, uma vez que tais informações são contempladas nos Relatórios de Sustentabilidade da sua controladora, que abrangem suas controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

A VIXPar encontra-se em processo contínuo de estruturação e aperfeiçoamento de seus processos e controles relacionados à agenda ASG, incluindo a avaliação de mecanismos de auditoria e revisão das informações divulgadas, considerando a evolução das práticas de mercado e das demandas de stakeholders. Ainda assim, a Companhia reconhece a importância da transparência e da confiabilidade das informações ASG, bem como as crescentes demandas do mercado sobre o tema. Dessa forma, o assunto é tratado de forma recorrente no âmbito da gestão, considerando a realidade operacional e estratégica da Companhia frente a suas obrigações e responsabilidades.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
A VIXPar, controladora da Companhia, considera em sua estratégia e em seus Relatórios de Sustentabilidade os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, abrangendo também suas controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

Além disso, a VIXPar encontra-se em processo contínuo de estruturação e aperfeiçoamento de suas práticas relacionadas à agenda ASG e climática, incluindo a avaliação gradual da adoção de recomendações e referências reconhecidas pelo mercado, como aquelas emanadas pela Task Force on Climate-related Financial Disclosures e outras entidades especializadas.

A Companhia reconhece a importância do alinhamento às melhores práticas de mercado em relação à transparência e à gestão de temas climáticos e ASG, considerando a evolução regulatória, as expectativas de stakeholders e a realidade operacional e estratégica.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa
As emissões de gases de efeito estufa da Companhia estão contempladas no inventário de emissões de gases de efeito estufa da VIXPar, sua controladora, o qual abrange as controladas diretas e indiretas, incluindo esta Companhia.

O inventário segue metodologia reconhecida de mercado e integra as iniciativas de monitoramento e gestão das emissões, considerando as operações aplicáveis à Companhia.

Além disso, a Companhia reconhece a importância da gestão de emissões e da transparência em relação aos impactos climáticos, tratando o tema de forma recorrente no âmbito da gestão, em alinhamento à estratégia e às diretrizes corporativas da controladora.

1.10. Informações de sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro
Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência.

Evento	Aquisição da EBEC
Descrição	Em 15 de fevereiro de 2023 foi celebrado o "*Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Participações e Outras Avenças*", o qual tem por objeto a aquisição, pela Let's Rent a Car S.A, da totalidade das ações/quotas representativas do capital social da EMAA e da EMG (estas últimas controladoras diretas da EBEC) ("Contrato de C&V"), de modo que a Companhia passou a ser controladora direta da EMAA e da EMG e controladora indireta da EBEC. A transação está alinhada com a estratégia de crescimento da VIXPar na atividade de Gestão e Terceirização de Frota (GTF) e de consolidação da Companhia como um relevante player no mercado nacional, e tem como objetivo trazer para a Companhia uma importante expansão de sua carteira de clientes e abrangência geográfica, bem como uma posição diferenciada no atendimento ao segmento de pick-ups 4x4, visando sempre uma contínua e sustentável geração de valor para todos os seus *stakeholders*. O valor total envolvido na aquisição foi de R$ 307,6 milhões, sujeito aos ajustes de preço usuais nesse tipo de transação, além da assunção do endividamento líquido da EBEC. Consumadas as condições precedentes, foi pago o valor de R$ 137,7 milhões no ato do fechamento da transação e, sujeitos a eventuais ajustes de preço, os valores de R$ 123,7 milhões serão pagos em 36 parcelas mensais consecutivas e R$ 46,1 milhões ao final de 5 anos após a data de fechamento. A Operação foi concluída em 12 de abril de 2023.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos fatos relevantes divulgados pela VIXPar em 17 de fevereiro de 2023 e 12 de abril de 2023, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da VIXPar (https://ri.vixpar.com/documentos-cvm/fatos-relevantes-comunicados-e-avisos/).

Evento	Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A.
Descrição	Em 31 de outubro de 2023 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A., nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A." ("Protocolo"), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 18 de outubro de 2023 ("Incorporação"), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let's Rent a Car S.A, da EMAA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Incorporada") , em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. Como consequência da Incorporação, a Companhia pode amortizar fiscalmente o ágio no valor total de R$56.425.099,71 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, noventa e nove reais e setenta e um centavos) registrado quando da aquisição pela Companhia de sua participação na Incorporada. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2023, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Companhia (https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/).

Evento	Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA.
Descrição	Em 31 de outubro de 2023 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA., nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA." ("Protocolo"), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 18 de outubro de 2023 ("Incorporação"), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let's Rent a Car S.A, da EMG PARTICIPAÇÕES LTDA. ("Incorporada"), em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem

	solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. Como consequência da Incorporação, a Companhia poderá amortizar fiscalmente o ágio no valor total de R$35.589.348,14 (trinta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) registrado quando da aquisição pela Companhia de sua participação na Incorporada. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2023, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Companhia (https://www.ri.lets.com.br/documentos-cvm/).

Evento	**Incorporação da EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMÉRCIO - EBEC.**
Descrição	Em 31 de janeiro de 2024 foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Incorporação da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (“EBEC”), nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação (“Protocolo”), celebrado entre as administrações das sociedades envolvidas em 01 de janeiro de 2024 (“Incorporação”), o qual tem por objeto a incorporação, pela Let’s Rent a Car S.A, da Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A – EBEC (“EBEC”) (“Incorporada”), em decorrência da qual a Incorporada foi extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, o qual permaneceu inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possui na Incorporada será cancelado e substituído pelos ativos e passivos constantes da Incorporada pela Companhia. Não houve alteração da participação societária atualmente detida pelos acionistas da Companhia, nem a emissão de novas ações, permanecendo em pleno vigor e efeito todos os artigos do Estatuto Social da Companhia em razão da Incorporação. No contexto da Incorporação não há relação de troca de ações ou aumento de capital. Consequentemente, os acionistas consignaram o expresso reconhecimento da inaplicabilidade do Artigo 264 da Lei das S.A. uma vez que, não havendo aumento de capital nem emissão de ações, não houve relação de substituição de ações a que alude tal dispositivo legal.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de janeiro de 2024, disponíveis no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de relações com investidores da Companhia (https://ri.lets.com.br/outros-documentos-entregues-a-cvm/).

1.13. Acordos de acionistas

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer acordo de acionistas vigentes para a Companhia.

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios

Nos últimos três exercícios e no exercício social vigente, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Nos últimos três exercícios e no exercício social vigente, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

1.16. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução
Os Diretores da Companhia apresentam, neste item 2 do Formulário de Referência, informações destinadas a permitir aos investidores e ao mercado em geral a análise da situação econômico-financeira da Companhia sob a ótica da Administração. A seguir, são abordados, entre outros aspectos, fatos, tendências, compromissos ou eventos relevantes que impactam ou possam vir a impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025.

As informações aqui apresentadas devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.lets.com.br). As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os termos “AH” e “AV”, utilizados nas colunas de determinadas tabelas deste item, correspondem, respectivamente, a “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”. A Análise Horizontal compara valores de uma mesma rubrica nas demonstrações financeiras ao longo do tempo. A Análise Vertical expressa o percentual de uma linha em relação à receita líquida nos períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total, passivo ou patrimônio líquido nas datas correspondentes do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais consolidadas
Os Diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são adequadas para a implementação do plano de negócios e o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa operacional, aliada às linhas de crédito atualmente disponíveis, é considerada suficiente para financiar suas atividades correntes e suprir as necessidades de capital previstas para a execução de sua estratégia de crescimento.

Endividamento

	Em 31 de dezembro de	
(R$ mil, exceto índice)	**2025**	**2024**
Passivo Circulante	288.400	355.794
Passivo Não Circulante	1.093.889	1.296.077
Total Passivo	**1.382.289**	**1.651.871**
Patrimônio Líquido	**611.246**	**591.578**
Caixa e equivalentes de caixa	2.826	2.204
Títulos e valores Imobiliários	150.791	253.048
Dívida Bruta	1.074.250	1.269.715
Dívida líquida bancária	920.633	1.014.463
Índice de Endividamento (1)	**2,26**	**2,79**
Índice de Dívida Líquida Bancária sobre o Patrimônio Líquido (2)	**1,51**	**1,71**

(1) O índice de endividamento corresponde à razão entre passivo total e patrimônio líquido
(2) Razão entre dívida líquida bancária e patrimônio líquido

As reduções nos índices de endividamento, dívida líquida sobre o patrimônio líquido e na posição de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2025 em relação à 31 de dezembro de 2024 refletem, principalmente, o cumprimento dos vencimentos e os pré pagamentos de dívidas realizados no período, o que também acarretou a redução da dívida líquida bancária. O patrimônio líquido, por sua vez, incrementou sua reserva de lucros após a apuração do lucro líquido do exercício.

Índice de Liquidez

Liquidez Corrente	**Em 31 de dezembro de**	
(R$ mil, exceto índice)	**2025**	**2024**
Ativo Circulante	399.171	491.839
Passivo Circulante	288.400	355.794
Liquidez corrente (1)	**1,38**	**1,38**

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à razão entre ativo circulante e passivo circulante.

Liquidez Geral	Em 31 de dezembro de	
(R$ mil, exceto índice)	**2025**	**2024**
Ativo Circulante + Ativo Não Circulante	1.993.535	2.243.449
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	1.382.289	1.651.871
Liquidez geral (1)	**1,44**	**1,36**

(1) O índice de liquidez geral corresponde à razão entre a soma do ativo circulante e não circulante e o passivo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a liquidez corrente se manteve estável em relação à 31 de dezembro de 2024, enquanto a liquidez geral apresentou aumento significativo. Esse movimento reflete uma posição financeira mais equilibrada e a manutenção da capacidade da Companhia de honrar seus compromissos.

Rentabilidade
As tabelas a seguir mostram a evolução do índice de rentabilidade da Companhia:

ROE – Retorno sobre o patrimônio líquido (R$ mil, exceto índice)	Em 31 de dezembro de	
	2025	**2024**
Lucro Líquido do período/exercício	42.602	25.653
Patrimônio Líquido	611.246	591.578
ROE - Retorno sobre o patrimônio líquido (1)	**6,97%**	**4,34%**

(1) O retorno sobre o patrimônio líquido corresponde à razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido do período.

Entre 2024 e 2025, o ROE da Companhia evoluiu expressivamente em função do desempenho operacional da Companhia que, durante o exercício social de 2025, adotou estratégias operacionais focadas em eficiência.

Lucratividade
A tabela a seguir mostra a evolução do índice de lucratividade da Companhia:

Lucratividade (R$ mil, exceto índice)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	**2024**
Lucro Líquido do período/exercício	42.602	25.653
Receita operacional líquida	1.049.448	1.045.323
Margem líquida - lucratividade (1)	**4,06%**	**2,45%**

(1) O índice de lucratividade ou margem líquida, corresponde a razão entre o lucro líquido do período/exercício e a respectiva receita operacional líquida.

Em 2025 o aumento da margem líquida em relação à 2024 decorreu, principalmente, das estratégias operacionais focadas em eficiência adotadas durante o exercício.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital
A Diretoria acredita que a Companhia manteve, ao longo dos períodos analisados, uma estrutura de capital compatível com a natureza intensiva de capital de suas operações, equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades e crescimento perante o mercado, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	**2024**
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.382.289	1.651.871
Capital próprio (patrimônio líquido)	611.246	591.578
Capital total (terceiros + próprio)	**1.993.535**	**2.243.449**
Parcela de capital de terceiros	**69,34%**	**73,63%**
Parcela de capital próprio	**30,66%**	**26,37%**

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
A tabela a seguir mostra a evolução do caixa, dívida de curto prazo e dívida de longo prazo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Companhia:

(R$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	**2024**

Caixa [1]	153.617	255.252
Dívida de Curto prazo [2]	230.047	226.443
Dívida de Longo prazo [3]	844.203	1.043.272

[1] Caixa Total corresponde à soma de (i) caixa e equivalente de caixa circulante; (ii) títulos e valores mobiliários circulante; e (iii) títulos e valores mobiliários não circulante
[2] Dívida Curto prazo corresponde à soma de (i) empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais circulantes; e (ii) operações com derivativos circulantes
[3] Dívida Longo Prazo corresponde à soma de (i) empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais não circulantes; e (ii) operações com derivativos não circulantes

Dado o modelo de negócios da Companhia, que envolve a aquisição de veículos contabilizados no ativo imobilizado e de alta liquidez, os tradicionais indicadores de liquidez corrente devem ser analisados em conjunto com essa característica. Os veículos, embora registrados no ativo não circulante, podem ser rapidamente alienados, com prazo médio de venda de 30 dias, o que contribui para reforçar a flexibilidade financeira da Companhia.

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com saldo de caixa e aplicações financeiras de R$ 153.617 mil, inferior ao registrado em 2024 (R$ 255.252 mil), refletindo a manutenção de uma posição de liquidez confortável. No mesmo período, a dívida total era de R$ 1.074.250 mil, sendo R$ 230.047 mil no curto prazo e R$ 844.203 mil no longo prazo.

Adicionalmente, o ativo imobilizado totalizava R$ 1.414.040 mil em 31 de dezembro de 2025, frente a um passivo circulante de R$ 288.400 mil, reforçando a robustez da posição patrimonial e a capacidade de cobertura das obrigações de curto prazo.

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com saldo de caixa e aplicações financeiras de R$ 255.252 mil, superior ao registrado em 2023 (R$ 218.788 mil), refletindo a manutenção de uma posição de liquidez confortável. No mesmo período, a dívida total era de R$ 1.269.715 mil, sendo R$ 226.443 mil no curto prazo e R$ 1.043.272 mil no longo prazo.

Adicionalmente, o ativo imobilizado totalizava R$ 1.578.344 mil em 31 de dezembro de 2024, frente a um passivo circulante de R$ 355.794 mil, reforçando a robustez da posição patrimonial e a capacidade de cobertura das obrigações de curto prazo.

Assim, os Diretores consideram que a Companhia possui capacidade adequada de geração de caixa e acesso a crédito suficiente para cumprir com seus compromissos financeiros nos próximos 12 meses. O bom relacionamento com instituições financeiras de primeira linha garante o acesso a novas linhas de crédito, caso necessário, para suportar suas operações e planos de investimento.

A tabela abaixo mostra a posição de dívida líquida/patrimônio líquido da Companhia para as datas indicadas:

(R$ mil, exceto índice)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos, financiamentos debêntures e notas comerciais (circulante e não circulante)	1.074.250	1.269.715
(-) Caixa e equivalentes de caixa	2.826	2.204
(-) Títulos e valores Imobiliários (Ativo circulante)	150.791	253.048
Dívida líquida	**920.633**	**1.014.463**
Patrimônio líquido	611.246	591.578
Dívida líquida/patrimônio líquido	**1,51**	**1,71**

Vale mencionar também que o prazo médio dos contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes é de 33 meses, o que, somado ao baixo índice de inadimplemento, garante à Companhia uma previsibilidade e estabilidade de receita e fluxo de caixa futuro.

Por fim, a Companhia informa que continuará buscando as melhores condições para suas obrigações financeiras, com prazos de pagamento mais longo e com melhores taxas.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) debêntures e (iii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
FINAME	80.378	32.825
Empréstimos bancários	73.410	129.378
Debêntures e Notas Comerciais	73.453	63.659
Operações com derivativos	2.807	581
	230.047	**226.443**
Não circulante	**31/12/2025**	**31/12/2024**
FINAME	1.578	10.481
Empréstimos bancários	280.311	344.299
Debêntures e Notas Comerciais	556.480	696.624
Operações com derivativos	5.834	-8.132
	844.203	**1.043.272**
Total	**1.074.250**	**1.269.715**

As características particulares de cada uma das operações compreendidas pelas rubricas acima estão descritas na tabela abaixo:

Contratante	Tipo de Operação	Contrato	Credor	Taxa de juros contratada (% a.a.)	Data contratação	Data vencimento	Tipo de garantia	31/12/2025	31/12/2024
Total	**FINAME/CCB**							**81.955.914**	**43.306.469**
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012206 PAC 44007107376	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	395.673	692.929
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012213 PAC 44007117770	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	219.216	383.905
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012214 PAC 44007117851	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	244.811	428.729
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012215 PAC 44007117940	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	23/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	1.071.821
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012217 PAC 44007118165	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.141.338	1.998.786
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012218 PAC 44007118203	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	1.141.338	1.998.786
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012219 PAC 44007118289	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	24/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	1.599.029
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012254 PAC 44007124564	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	98.918	173.232

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012256 PAC 44007124726	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	244.811	428.729
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012257 PAC 44007124815	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.35% a.a.	25/05/2022	15/04/2027	Garantia Real	360.588	631.485
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012270 PAC 44007188651	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.51% a.a.	10/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	150.468	263.507
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012271 PAC 44007188821	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.53% a.a.	10/06/2022	15/04/2027	Garantia Real	-	464.319
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012291 PAC 44007270706	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.64% a.a.	31/05/2022	15/05/2027	Garantia Real	-	741.490
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012358 PAC 44007490293	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.58% a.a.	04/08/2022	15/07/2027	Garantia Real	69.955	114.219
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012396 PAC 44007955199	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.78% a.a.	24/08/2022	15/08/2027	Garantia Real	55.790	89.327
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO ALFA - 1012400 PAC 44008075842	BANCO ALFA S.A.	100.00% TLP-IPCA + 7.78% a.a.	29/08/2022	15/08/2027	Garantia Real	-	286.428
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328186601 PAC 44007313227	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	-	2.487.479
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328186619 PAC 44007313421	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.45% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	-	497.470
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328186627 PAC 44007313430	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	1.016.158	1.694.806

LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328186635 PAC 44007313456	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.45% a.a.	20/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	-	497.470
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328186651 PAC 44007313570	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.59% a.a.	15/06/2022	15/06/2027	Garantia Real	256.826	428.349
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328187038 PAC 44007377268	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.65% a.a.	05/08/2022	15/06/2027	Garantia Real	-	497.507
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO SAFRA - 328187046 PAC 44007377292	BANCO SAFRA S A	100.00% TLP-IPCA + 7.65% a.a.	05/08/2022	15/06/2027	Garantia Real	338.728	564.948
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 2877642/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	17/11/2024	17/02/2025	Garantia Real	-	2.745.179
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 2877671/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	20/11/2024	20/02/2025	Garantia Real	-	4.509.937
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 2890997/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	09/12/2024	07/03/2025	Garantia Real	-	4.660.633
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 2893708/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	12/12/2024	12/03/2025	Garantia Real	-	6.263.704
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 2901414/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	26/12/2024	26/03/2025	Garantia Real	-	3.039.543
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 2903183/24	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	30/12/2024	30/03/2025	Garantia Real	-	4.052.724
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 3055740/25	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	19/12/2025	19/03/2026	Garantia Real	6.935.760	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 3056220/25	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	22/12/2025	23/03/2026	Garantia Real	15.891.031	-
LET'S Rent a Car SA	FINAME/CCB	BANCO TOYOTA - CCB - 3058453/25	BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	Isento	29/12/2025	30/03/2026	Garantia Real	53.394.505	-
Total	**Empréstimos bancários**							**362.361.596**	**466.126.252**

LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	B BRASIL - 313.202.538	BANCO DO BRASIL S A	100.00% CDI + 2.25% a.a.	20/08/2021	10/08/2026	Garantia Real	12.657.815	25.120.542
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	B BRASIL - 313.202.559	BANCO DO BRASIL S A	100.00% CDI + 1.95% a.a.	13/12/2021	02/12/2026	Garantia Real	24.952.824	49.794.027
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	BANCO ABC - N.º 11677223	BANCO ABC BRASIL S.A	100.00% CDI + 2.80% a.a.	31/01/2023	02/02/2026	Garantia Real	337.991	2.166.667
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	BANCO ABC - N.º 8349621	BANCO ABC BRASIL S.A	100.00% CDI + 2.80% a.a.	22/06/2021	23/06/2025	Garantia Real	-	2.149.056
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	BANCO BOCOM - N°603.556	BOCOM - BBM	100.00% CDI + 3.00% a.a.	09/12/2022	09/12/2026	Garantia Real	2.356.958	4.706.621
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	BRADESCO - 004 3 015044946	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.27% a.a.	09/08/2021	19/07/2030	Garantia Real	53.958.270	52.180.599
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	BRADESCO - 237.3511.7000	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.21% a.a.	17/01/2023	19/07/2030	Garantia Real	73.491.855	71.088.275
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	BRADESCO - 237.511.5000	BANCO BRADESCO S A	100.00% CDI + 2.57% a.a.	02/06/2023	19/07/2030	Garantia Real	53.279.040	51.542.969
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	CITIBANK - 4131 69400961	Banco Citibank S/A	5.45% a.a.	14/02/2023	14/02/2028	Garantia Real	41.055.248	59.407.513
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - 4131 AGE1357786 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	5.00% a.a.	16/02/2023	27/01/2027	Garantia Real	11.692.219	20.924.531
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - 4131 LE0227L401	ITAÚ UNIBANCO S A	4.26% a.a.	05/12/2024	05/02/2027	Garantia Real	87.114.361	75.859.771
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001332 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	06/02/2025	Garantia Real	-	16.205
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001333 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	07/05/2025	Garantia Real	-	24.718

LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001334 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	05/08/2025	Garantia Real	-	33.518
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001335 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	03/11/2025	Garantia Real	-	42.819
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001336 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	02/02/2026	Garantia Real	294.205	50.748
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001337 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	04/05/2026	Garantia Real	292.569	55.767
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001338 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	31/07/2026	Garantia Real	292.100	62.199
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001339 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	29/10/2026	Garantia Real	292.515	67.512
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	ITAÚ - SWAP 2023-001340 - EBEC	ITAÚ UNIBANCO S A	100.00% CDI + 4.40% a.a.	17/02/2023	27/01/2027	Garantia Real	293.629	71.478
LET'S Rent a Car SA	Empréstimos bancários	SANTANDER 1055995 - EBEC	Banco Santander (Brasil) S.A.	100.00% CDI + 2.67% a.a.	19/05/2023	19/05/2025	Garantia Real	-	50.760.718
Total	**Notas Comerciais**							**109.187.697**	**129.811.841**
LET'S Rent a Car SA	Notas Comerciais	2A. NOTA COMERCIAL LETS-U1 - NC	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 2.55% a.a.	15/03/2023	15/03/2028	Aval	109.187.697	129.811.841
Total	**Debêntures**							**520.745.878**	**630.471.033**

LET'S Rent a Car SA	Debênture	DEBENTURES - EBEC15 - 7ª EMISSÃO LET´S	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 2.10% a.a.	26/12/2024	11/08/2028	Aval	-	261.263.578
LET'S Rent a Car SA	Debênture	DEBENTURES - EBEC14 - 6ª EMISSÃO LET´S	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 2.60% a.a.	08/08/2023	27/07/2029	Aval	213.755.326	209.868.427
LET'S Rent a Car SA	Debênture	DEBENTURES - LETS15	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 2.10% a.a.	30/06/2022	28/06/2027	Aval	-	159.339.029
LET'S Rent a Car SA	Debênture	8A. DEBENTURES_1A SERIE-LETS18	BANCO OLIVEIRA TRUST DTVM S.A	100.00% CDI + 1.25% a.a.	22/10/2025	15/10/2031	Aval	306.990.551	-

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras
Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais e ao exercício social vigente, além daquelas já descritas no item 2.1 (f)(i) acima.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia
Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.
Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item "f" acima possuem cláusulas que imputam à Companhia restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, *cross default* e *cross acceleration*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao obrigatório, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

As principais restrições encontram-se descritas abaixo:
- Protesto de títulos: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente em caso de protesto de títulos, observado eventuais valores mínimos previstos em cada instrumento;
- Pedido de recuperação judicial ou decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente em caso de pedido recuperação judicial da Companhia, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, bem como em caso de insolvência dos avalistas, conforme aplicável;
- Insuficiência e não formalização de garantias: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de insuficiência ou deterioração das garantias prestadas, bem como nas hipóteses de não formalização das referidas garantias, conforme exigências legais;
- Falecimento/substituição dos Avalistas/Fiadores: os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de não substituição dos avalistas;
- *Cross-default e cross-acceleration*: trata-se de uma antecipação do prazo de vencimento de um débito em decorrência de outra inadimplência ou decretação de vencimento antecipado. Todos os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as debêntures emitidas pela Companhia, possuem hipóteses de vencimento antecipado cruzado, seja em razão de inadimplência/vencimento antecipado de uma dívida com ele ou com um outro credor;
- Alteração ou Alienação do controle societário: todas as Debêntures emitidas pela Companhia, e os contratos celebrados com o Banco Itaú Unibanco S.A., o Banco Bradesco S.A.; o Banco do Brasil S.A.; o Banco Santander S.A.; o Banco BOCOM BBM S.A., o Banco Safra S.A., o Banco ABC Brasil S.A., Banco Citibank e o Banco BTG Pactual possuem cláusula de vencimento antecipado na hipótese de alteração ou alienação do controle societário da Companhia;
- Reorganização societária: os contratos celebrados com o Banco Bradesco S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco Safra S.A.; o Banco ABC Brasil S.A.; Banco Citibank; e Banco BTG Pactual mencionados na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente caso a Companhia realiza operações de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, transformação etc.), observado que em determinados instrumentos algumas operações de reorganização societária podem ser permitidas caso não resulta em alteração do controle da Companhia;
- Inadimplência: todos os contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima, bem como todas as Debêntures emitidas pela Companhia, vencerão antecipadamente caso a Companhia deixe de cumprir com qualquer das obrigações previstas nos referidos instrumentos;
- Índices Financeiros: alguns contratos celebrados com as instituições mencionadas na tabela do item "f" acima vencerão antecipadamente caso a Companhia não cumpra com determinados índices financeiros, são eles:
    - *8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 8ª emissão da Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

(a) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

- *2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, de Distribuição Privada, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 2ª Nota Comercial Escritural da Companhia, deverá observar os seguintes índices financeiros:

(a) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(b) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

- *1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Fidejussória, de Distribuição Privada, da Companhia*

A Vix Logística S.A., fiadora, durante a vigência das debêntures da 1ª Nota Comercial Escritural da Companhia, deverá observar os seguintes índices financeiros:

(c) Dívida Líquida / EBITDA, menor ou igual a 4,0x; e
(d) EBITDA / Despesa Financeira Líquida, maior ou igual a 2,0x.

Para facilitar a visualização das cláusulas restritivas (*covenants*), as quais podem causar o vencimento antecipado dos respectivos contratos de empréstimo ou financiamento, bem como das cláusulas de aceleração da dívida (*cross-acceleration*) e vencimento antecipado cruzado (*cross-default*) existentes em cada contrato de empréstimo ou financiamento relevante, veja a tabela abaixo:

Empresa	Contrato	Protesto de títulos	Falência judicial ou decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial	Insuficiência e não formalização de garantias	Não substituição dos Avalistas / Fiadores	Transferência ou Alienação do controle societário	Reorganização societária	Inadimplência	Índices Financeiros	Cross-default e cross-acceleration
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012206 PAC 44007107376	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012213 PAC 44007117770	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012214 PAC 44007117851	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012217 PAC 44007118165	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012218 PAC 44007118203	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012254 PAC 44007124564	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012256 PAC 44007124726	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012257 PAC 44007124815	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012270 PAC 44007188651	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012358 PAC 44007490293	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ALFA - 1012396 PAC 44007955199	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO SAFRA - 328186627 PAC 44007313430	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

LET'S Rent a Car SA	BANCO SAFRA - 328186651 PAC 44007313570	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO SAFRA - 328187046 PAC 44007377292	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO TOYOTA - CCB - 3055740/25	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO TOYOTA - CCB - 3056220/25	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO TOYOTA - CCB - 3058453/25	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	B BRASIL - 313.202.538	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	B BRASIL - 313.202.559	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO ABC - N.º 11677223	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BANCO BOCOM - N°603.556	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
LET'S Rent a Car SA	BRADESCO - 004 3 015044946	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BRADESCO - 237.3511.7000	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	BRADESCO - 237.511.5000	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	CITIBANK - 4131 69400961	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAÚ - 4131 AGE1357786 - EBEC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAÚ - 4131 LE0227L401	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAÚ - SWAP 2023-001336 - EBEC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
LET'S Rent a Car SA	ITAÚ - SWAP 2023-001337 - EBEC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Para mais informações sobre as emissões de debêntures da Companhia, veja a o item 12.3 deste Formulário de Referência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no acima nos termos repactuados.

Cabe ressaltar que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia encontra-se adimplente com todas as suas obrigações decorrente das escrituras de emissão das debêntures.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui linhas de crédito de financiamento junto aos bancos “Banco Alfa” e “Banco Safra” no montante de R$ 12.399.443,00. A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as condições contratuais.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e comparadas conforme especificado a seguir:

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024	AV	AH
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos	**1.049.448**	**100,0%**	**1.045.323**	**100,0%**	**0,4%**
Custos com prestação de serviços e venda de ativos	**(805.448)**	**-76,7%**	**(834.473)**	**-79,8%**	**-3,5%**
Lucro bruto	**244.000**	**23,3%**	**210.850**	**20,2%**	**15,7%**
Despesas totais	**(13.826)**	**-1,3%**	**(11.416)**	**-1,1%**	**21,1%**
Despesas administrativas, gerais e comerciais	(24.855)	-2,4%	(22.449)	-2,1%	10,7%
Outras receitas (despesas), líquidas	11.029	1,1%	11.033	1,1%	0,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**230.174**	**21,9%**	**199.434**	**19,1%**	**15,4%**
Resultado financeiro líquido	**(180.646)**	**-17,2%**	**(168.440)**	**-16,1%**	**7,2%**
Despesas financeiras	(243.109)	-23,2%	(239.682)	-22,9%	1,4%
Receitas financeiras	62.463	6,0%	71.242	6,8%	-12,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**49.528**	**4,7%**	**30.994**	**3,0%**	**59,8%**
Imposto de renda e contribuição social corrente	2.882	0,3%	-	0,0%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.808)	-0,9%	(5.341)	-0,5%	83,6%
Lucro líquido do período	**42.602**	**4,1%**	**25.653**	**2,5%**	**66,1%**

Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos

A receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.049.448 mil e de R$ 1.045.323 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 0,4%. A estabilidade reflete o crescimento da receita com venda de ativos, que compensou o recuo na receita de serviços decorrente da decisão estratégica de reduzir o ritmo de investimentos e direcionar capital para operações de maior retorno.

Custos com prestação de serviços e venda de ativos

Os custos com prestação dos serviços e venda de ativos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 805.448 mil e de R$ 834.473 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de -3,5%. Esse custo representou 76,7% da receita líquida de 2025. A Companhia adotou políticas e práticas relacionadas à custos mais severos durante o ano, sendo as contas mais representativas os custos com renovação de frota, a depreciação e os insumos, custos naturalmente mais elevados neste negócio.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 244.000 mil comparativamente a R$ 210.850 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 15,7%. A evolução reflete o avanço operacional e a maior contribuição do resultado com venda de ativos, que sustentou margens saudáveis através de uma gestão mais eficiente e adequação de critérios de depreciação.

Despesas totais

Despesas Administrativas, Gerais e Comerciais

As despesas administrativas, gerais e comerciais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$ 24.855 mil comparativamente a R$ 22.449 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 10,7%. As Despesas administrativas, gerais e comerciais representaram 2,4% e 2,1% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, resultado de reclassificações pontuais de itens ocorridas no segundo semestre, mantendo-se o compromisso com a eficiência organizacional e disciplina na gestão.

Outras receitas/despesas líquidas

As outras receitas/despesas líquidas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$ 11.029 mil e de R$ 11.033 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma queda de 0,04%. As outras receitas/despesas líquidas representaram 1,1% da receita líquida em 2025. Em linha com o exercício anterior, esta conta absorve os processos de reembolso e de recuperação de despesas com avarias em veículos locados.

Lucro operacional antes do resultado financeiro
O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 230.174 mil comparativamente a R$ 199.434 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de 15,4%. O lucro operacional antes do resultado financeiro representou 21,9% e 19,1% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O crescimento foi impulsionado pela melhora da performance operacional, evolução na qualidade dos contratos e melhora no desempenho da venda de ativos seminovos, apesar da pressão de uma depreciação mais elevada no acumulado do ano.

Resultado Financeiro Líquido
O resultado financeiro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 180.646 mil, superior aos R$ 168.440 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de 7,2%. O resultado financeiro líquido representou 17,2% e 16,1% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O aumento reflete o patamar mais elevado das taxas de juros ao longo do período, embora o impacto tenha sido mitigado no final do ano pelo menor nível de endividamento e pelo pré-pagamento de debêntures.

Despesas Financeiras
As despesas financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$ 243.109 mil comparativamente a R$ 239.682 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 1,4%. As despesas financeiras representaram 23,2% e 22,9% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O aumento é atribuído ao patamar elevado das taxas de juros durante o exercício.

Receitas Financeiras
As receitas financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$ 62.463 mil comparativamente a R$ 71.242 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de 12,3%. As receitas financeiras representaram 6% e 6,8% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A queda nas receitas financeiras acompanhou a redução do nível de aplicações financeiras/caixa em virtude da estratégia de desalavancagem e pré-pagamento de dívidas

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social
Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente)
O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 2.882 mil, não tendo apresentado apuração em 2024. As variações são atribuídas à gestão tributária e ao crescimento do lucro, resultado de um trabalho intenso de redução de prejuízo fiscal, em linha com o planejamento estratégico da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social (diferido)
O imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 9.808 mil comparativamente a R$ 5.341 mil no mesmo período de 2024, o que representa uma variação de 83,6%. O imposto de renda e contribuição social diferido representou 0,9% e 0,5% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A variação é atribuída, majoritariamente, à depreciação acelerada realizada na frota da Companhia durante o exercício de 2025.

Lucro líquido do período
O lucro líquido do período da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 42.602 mil comparativamente a R$ 25.653 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 66,1%. O lucro líquido do exercício representou 4,1% e 2,5% da receita líquida no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O crescimento decorre da melhora na qualidade dos contratos e do aumento das receitas com venda de ativos, que compensaram o impacto dos juros e da depreciação mais elevada no ano.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em R$ mil, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024
Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais	299.479	34.894

Caixa líquido aplicado / originado em investimentos	(7.164)	(7.097)
Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos	(291.693)	(206.323)
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	622	(178.526)

Caixa líquido aplicado em atividades operacionais
O caixa líquido aplicado em atividades operacionais totalizou R$ 299.479 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 34.894 mil no mesmo período de 2024. Este aumento de R$ 264.585 mil é justificado pela busca da eficiência operacional e reorganização de portifólio da Companhia, o que gerou o aumento do caixa operacional e pela gestão rigorosa de seus investimentos, endividamento e alavancagem, o que foi determinante para a menor necessidade de desembolso.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento
O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R$ 7.164 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em linha com os R$ 7.097 no mesmo período de 2024, também negativos.

Caixa líquido originado em financiamentos
O caixa líquido originado em financiamentos totalizou R$ 291.693 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 206.323 mil, também negativos, no mesmo período de 2024. Este aumento é consequência do volume maior de amortizações realizado no período.

Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa
O aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 622 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparada à queda de R$ 178.526 mil no mesmo período de 2024. A variação é justificada majoritariamente pelo desempenho do caixa operacional, evidenciando a capacidade de gerar valor dos contratos da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor:
(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram determinados pela composição da receita de locação de veículos e receita de venda de veículos após sua desmobilização. A receita de venda de veículos é complementar à receita de locação e é essencial para maximização da geração de caixa para renovação da frota.

Dessa forma, a receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue:

- Gestão de frotas: as receitas de gestão de frotas são reconhecidas em bases mensais durante o período do contrato de aluguel, pelo regime de competência, a partir do momento em que os veículos são disponibilizados aos clientes da Companhia para uso. O cumprimento da obrigação de performance e consequente reconhecimento da receita se dá com base nas medições mensais realizadas pela Companhia a partir das condições comerciais contratuais firmadas junto aos clientes, que incluem o aluguel fixo mensal somado à quilometragem mensal rodada pelo veículo e o serviço de administração da manutenção.
- Venda de seminovos: as receitas provenientes da venda dos carros desativados (veículos seminovos) para a renovação da frota são reconhecidas quando ocorre a transferência da sua propriedade para o comprador a partir da assinatura do contrato de compra e venda entre a Companhia e seu cliente e o recebimento do valor correspondente à venda do carro por parte da Companhia.

As receitas de vendas de bens e locação de veículos são reconhecidas líquidas de descontos, benefícios comerciais concedidos, garantias e impostos sobre as vendas (ISS, ICMS, PIS e Cofins).

Abaixo, seguem informações financeiras a respeito dos segmentos da receita da Companhia:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Receita com locação de veículos	659.775	695.840
Receita com prestação de serviços	6.702	5.999
Receita com venda de ativos	448.009	413.132
Impostos sobre serviços	**(65.038)**	**(69.648)**
Serviços cancelados	0	0
Receita líquida	**1.049.448**	**1.045.323**

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
As receitas auferidas pela Companhia são provenientes, principalmente, da locação de veículos e da venda de veículos seminovos. Os resultados dos últimos dois exercícios foram influenciados por diferentes fatores macroeconômicos e operacionais, incluindo os efeitos residuais da pandemia no mercado de seminovos, a incorporação de nova controlada e estratégias de gestão adotadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida da Companhia foi impulsionada pela consolidação da EBEC e por uma gestão voltada à eficiência operacional e otimização de portfólio. No entanto, os custos apresentaram crescimento de 22,8%, em grande parte devido à renovação da frota, ao realinhamento dos valores de depreciação aos preços de mercado e à elevação nos custos dos insumos. Esses fatores pressionaram as margens operacionais, exigindo ajustes na gestão para preservar a rentabilidade.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida da Companhia apresentou crescimento modesto, reforçando a constante disciplina financeira e o compromisso com a geração sustentável de valor da Companhia, ainda que com menor expansão no curto prazo. Em contrapartida, uma gestão consistente de custos contribuiu para a manutenção das margens e apuração de lucro líquido durante 2025. As informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos nas demonstrações do resultado da Companhia são como segue:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Mão de obra e encargos	(43.911)	(48.200)
Insumos	(54.542)	(59.241)
Depreciação e amortização	(264.941)	(243.934)
Aluguel de imóveis e equipamentos	(12.019)	(18.076)

Serviços de terceiros	(24.425)	(29.648)
Agregados e terceiros	(5)	(1.180)
IPVA/Licenciamento/Seguros	(26.862)	(31.716)
Manutenção da Frota	(15.725)	(20.947)
Pedágio/Rastreamento	(6.776)	(7.315)
Perdas Diversas	-	(4.793)
Créditos de PIS/COFINS	52.433	58.405
Outros custos	(11.269)	(18.440)
Custos com venda de ativos	(397.405)	(409.388)

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de locação de veículos sofrem impacto direto pela elevação do custo dos veículos novos, refletindo diretamente no aumento da tarifa média cobrada dos clientes. Além disso, a inflação apurada no período também impacta as receitas da Companhia, uma vez que os contratos de locação possuem cláusula de ajuste pelos índices de IGPM ou IPCA, conforme o caso.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu receitas com locação de veículos e prestação de serviços no montante de R$ 659.775 mil, queda de 5,2% em relação à 31 de dezembro de 2024. O ano de 2025 foi marcado pela busca da eficiência operacional e gestão de portfólio para otimizar a alocação de capital e aumentar a rentabilidade, garantindo a continuidade saudável das operações.

As receitas com venda de ativos sofrem impacto direto da demanda por seminovos do mercado, que oscila em resposta aos preços do mercado de veículos novos, bem como em resposta à inflação e taxa básica de juros. Adicionalmente, as receitas de venda de veículos da Companhia também são impactadas pelas variações da tabela FIPE. Ao longo de 2024, observou-se um movimento de acomodação nos preços médios praticados no mercado de veículos seminovos e usados, revertendo o ciclo de valorização registrado nos anos anteriores. Esse ajuste exerceu pressão sobre as margens obtidas na desmobilização de ativos, exigindo maior disciplina na gestão do ciclo de renovação. No decorrer de 2025, contudo, os preços médios retomaram trajetória de alta, movimento sustentado pelo aquecimento da demanda e pela persistente escassez relativa de veículos zero-quilômetro a preços acessíveis. Esse reequilíbrio favoreceu as condições de venda de ativos desmobilizados ao longo do exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu receitas com venda de ativos no montante de R$ 448.009 mil, aumento de 8,4% em relação às receitas registradas em 31 de dezembro de 2024. Apesar do trabalho de eficiência operacional da Companhia ter reduzido sua frota, os esforços do time de vendas foram suficientes para manter o faturamento semelhante ao ano de 2024.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Taxa de Juros

Ainda, a Companhia utiliza os recursos oriundos das atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite títulos de dívida (debêntures e notas promissórias), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI, isso porque o aumento das taxas de juros poderá impactar tanto no custo de captação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, como também no custo do endividamento, acarretando o aumento das suas despesas financeiras.

Apesar de uma breve trajetória de queda em 2023, a meta da taxa básica de juros brasileira (“SELIC”) voltou a subir ao longo de 2024, mantendo os juros em patamares elevados e pressionando o resultado financeiro. Durante 2025, os aumentos permaneceram, e a taxa básica de juros chegou a 15% no final do ano. Dessa maneira, os Diretores da Companhia esclarecem que os aumentos sequenciais da SELIC e, consequentemente, do CDI, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, impactaram negativamente a Companhia em razão do maior custo da dívida.

Para melhor explicitar os entendimentos acima, as informações sobre a relação entre as despesas financeiras líquidas e a receita líquida com locação e venda de ativos nas demonstrações do resultado da Companhia estão abaixo:

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024
Receita Operacional Líquida	1.049.448	1.045.323
Despesas Financeiras Líquidas	(180.646)	(168.440)
Var Des. Fin. Líquida / Receita Operacional Líquida	17,2%	16,1%

Inflação
A inflação tem um impacto direto na receita operacional da Companhia decorrente da locação de veículos. Contudo, esse impacto é coberto pelo reajuste anual definido nos contratos da Companhia, como explicitado em item anterior. O eventual descasamento pode ocorrer nos primeiros 12 meses após o início da locação, mas este risco é mitigado pelo fato de corresponder ao período em que o veículo apresenta cobertura pela garantia de fábrica e menores necessidades de manutenção.

Custos com prestação de serviços e venda de ativos
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os custos com prestação de serviços e venda de ativos caíram 3,5% em comparação a 2024, majoritariamente em função dos esforços da Companhia para reduzir impactos nos resultados durante a migração para contratos com maior rentabilidade.

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis indicadas nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com efeitos relevantes no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, qualquer evento ou operação não usual com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5. Medições não contábeis

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

2.7. Destinação de resultados

	2025
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Após as devidas retenções, conforme descrito acima, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, se houver, será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não obstante o previsto na política de distribuição de dividendos da Companhia, que estabelece a periodicidade de distribuição dos seus dividendos, a Companhia, na data deste Formulário de Referência, possui as seguintes restrições a distribuição de dividendos: 8ª Emissão de Debêntures da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa aos respectivos instrumentos de dívida, ressalvado o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei, que atualmente correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício. 2ª Emissão de Notas Comerciais da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa às Notas Comerciais Escriturais, ressalvado o pagamento de dividendos correspondentes a 25% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício. 1ª Emissão de Notas Comerciais da Companhia: pagamento, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu estatuto social, caso a Emissora esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação relativa às Notas Comerciais Escriturais, ressalvado o pagamento de dividendos correspondentes a 25% (trinta por cento) do lucro líquido apurado no exercício.
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

2.8. Itens relevantes não evidenciados

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b) natureza e propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados na demonstração financeira da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.10 Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os recursos provenientes dos resultados operacionais da Companhia são destinados, prioritariamente, à aquisição de novos veículos, à melhoria da estrutura de capital e à inovação e tecnologia.

A Companhia possui um planejamento estratégico de investimentos para os próximos exercícios sociais, com foco na expansão e renovação de sua frota, seja para manutenção da frota existente ou para atender ao crescimento orgânico das operações, conforme as necessidades contratuais específicas de cada cliente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu o montante de R$ 513.225 mil em suas operações, sendo que a maior parte desses recursos foi direcionada à aquisição de veículos, com políticas distintas de renovação, conforme as características e exigências de cada contrato.

Ao final de 2025, a frota da Companhia era composta por 14.533 veículos e um imobilizado líquido de R$ 1.414.040 mil. Para fins de gestão e reporte, a Companhia define “investimentos” como: (i) a aquisição e renovação da frota de veículos; (ii) a aquisição de outros ativos imobilizados e intangíveis; e (iii) transações não monetárias, que incluem: a) FINAME e passivos de arrendamento relacionados a máquinas, equipamentos e bens; e b) passivos de arrendamento de imóveis; todos com reflexos na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Nesse sentido, os Diretores esclarecem que o plano de investimentos da Companhia permanece concentrado, majoritariamente, na expansão e renovação de ativos móveis. Não há, até o momento, previsão de alteração dessa estratégia, que seguirá focada nos mesmos três pilares descritos acima.

Adicionalmente, a Companhia projeta investimentos contínuos para os próximos anos, destinados tanto à manutenção da frota existente quanto ao atendimento da demanda gerada pelo crescimento orgânico de suas operações. Considerando que o prazo médio dos contratos de locação de frotas varia entre 24 e 36 meses, a Companhia atualmente renova aproximadamente um terço de sua frota anualmente.

As necessidades de investimento são parcialmente supridas pela geração de caixa operacional e pela venda de veículos seminovos, sendo o restante financiado por meio de captações junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais. Dessa forma, com base na frota atual e em seu plano de crescimento, a Companhia estima os montantes necessários para renovação e expansão, sempre observando as necessidades contratuais. Importante destacar que os investimentos para expansão são realizados apenas após a formalização dos contratos, evitando, assim, a imobilização de capital em ativos ociosos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza os recursos oriundos das atividades operacionais para gerir as suas operações e para garantir a renovação de sua frota e parte do seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos majoritariamente pós fixados junto às principais instituições financeiras do país, assim como emite debêntures, que são substancialmente indexados à variação do CDI.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Até a data deste Formulário de Referência, a Companha não havia realizado a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não espera realizar investimentos relevantes em novos produtos e serviços.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG
Não há, até a data deste Formulário de Referência, oportunidades relevantes relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança, que a Companhia julgue adição relevante a seu plano de negócios. No entanto, a Companhia reconhece seu papel na sociedade e busca, constantemente, abordar a pauta nos devidos fóruns, buscando sempre o melhor relacionamento com a sociedade em que está inserida.

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional que não tenham sido tratados nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades.

a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às suas atividades.

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4. Fatores de Risco
4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira e patrimonial, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. Além disso, o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os investidores da Companhia poderão perder parte ou até mesmo a totalidade de seu investimento.

Os riscos descritos abaixo são aqueles a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, "efeito adverso" ou "efeito negativo, ou expressões similares, para a Companhia, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e patrimonial, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens desta seção "4. Fatores de Risco". Ainda, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem.

a) Riscos relacionados ao emissor

O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente

A Companhia pode vir a buscar empréstimos, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. Um alto grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências materiais, incluindo:

- aumento da vulnerabilidade a desacelerações ou mudanças adversas em condições econômicas, setoriais ou competitivas gerais e mudanças adversas nos regulamentos governamentais;
- exigência de parcela substancial dos fluxos de caixa das operações a serem dedicados ao pagamento de principal e juros sobre seu endividamento, reduzindo a capacidade de usar seus fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócios;
- exposição ao risco de aumento das taxas de juros, pois a maioria de seus empréstimos são contratados em taxas de juros pós fixadas;
- limitação da sua capacidade de fazer aquisições estratégicas ou em fazendo tais aquisições ser obrigada a realizar desinvestimentos não estratégicos;
- limitação da sua capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, despesas de capital, recompra de ações, desenvolvimento de linha de produtos ou serviços, requisitos de serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos ou outros; e
- limitação da sua capacidade de se ajustar a mudanças nas condições de mercado, colocando a Companhia em desvantagem competitiva em comparação com os seus concorrentes que são menos alavancados ou que possuam menor risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações nos contratos de financiamento vigentes, bem como em possíveis novos contratos, as quais, se descumpridas, poderão resultar no vencimento antecipado de tais dívidas, bem como na consequente aceleração de outras dívidas (*cross*

default e *cross acceleration*), o que poderá impactar adversamente a situação financeira e os negócios da Companhia.

Em razão de sua estratégia de expansão, a Companhia pode vir a contratar novas dívidas no futuro. A Companhia não tem como garantir que a sua capacidade de geração de caixa decorrente da exploração de suas atividades comerciais evoluirá proporcionalmente ao crescimento do seu endividamento e será suficiente para cumprir as obrigações financeiras estabelecidas nos instrumentos de dívida em que é parte

A Companhia pode vir a buscar empréstimos adicionais, por exemplo, para financiar sua estratégia de expansão, elevando o atual nível de endividamento. O aumento do endividamento e a insuficiência do fluxo de caixa, o qual fora negativo nos períodos citados podem impactar de forma adversa o resultado de suas operações e a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações financeiras.

Para mais informações sobre as posições de caixa, endividamento, fluxos de caixa e liquidez da Companhia, consulte o item 2.1 deste Formulário de Referência.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos.

O valor de venda dos veículos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado de seus contratos, sendo que seus resultados poderão ser afetados por falhas na determinação de preços de venda dos referidos veículos. O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra de veículos a serem utilizados para locação a seus clientes e termina com sua posterior venda ao final do período que a Companhia entender adequado para tanto, considerando-se fatores como condições de mercado, vida útil do veículo, critérios de quilometragem, condição do veículo no momento da desmobilização e histórico de sinistralidade.

O valor do aluguel e da diária de cada veículo leva em consideração o seu valor de venda ao término do referido ciclo, sendo o seu volume e preço na venda determinantes para se alcançar o retorno mínimo esperado de cada operação. Além disso, os preços praticados no mercado de locação de veículos também podem eventualmente influenciar o valor do aluguel.

A restrição ao crédito e o aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses veículos e reduzir de forma significativa a liquidez destes. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de venda dos veículos, criando um maior deságio em relação ao preço pelo qual são adquiridos. Caso a estimativa de depreciação efetiva futura não seja adequadamente realizada pela Companhia, seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser afetados negativamente. Além disso, como a Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção desses veículos, o valor de depreciação estimado — calculado com base na diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado projetado na data de venda — poderá, eventualmente, ser inferior ao efetivamente realizado. Tal situação poderá impactar negativamente os resultados e os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.
A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão da Companhia, tanto em seus mercados atuais quanto em novos mercados, poderão demandar adaptações em sua estrutura operacional, incluindo, mas não se limitando, a realização de investimentos significativos para a expansão e gestão de sua frota de veículos. Caso a Companhia não consiga responder de forma rápida e adequada a tais exigências, seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais poderão ser adversamente impactados.

Uma falta de liquidez no mercado local de debêntures pode comprometer a capacidade ou condições de financiamento da Companhia.
A Companhia capta recursos, predominantemente, por meio de emissões de debêntures no mercado doméstico. Em um cenário de redução da liquidez ou de deterioração das condições no mercado de capitais brasileiro, a Companhia poderá ser obrigada a buscar outras fontes de financiamento em condições menos favoráveis, o que pode prejudicar sua capacidade de captação. Esse contexto pode impactar negativamente o volume de recursos levantados, os prazos de pagamento e/ou o custo das novas emissões, afetando, consequentemente, a capacidade de crescimento e a saúde financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants).
A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições de contratos de empréstimos, que imputam à Companhia restrições (*covenants*) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, vencimento antecipado cruzado (*cross default e cross acceleration)*, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo obrigatório, entre outros.

A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida contratados pela Companhia. Além disso, os contratos contêm disposições de vencimento antecipado e restrições a novas captações em certas condições, como, por exemplo, a manutenção de certos índices financeiros. Adicionalmente, a existência de limitações sobre seu endividamento poderá impedir a Companhia de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento de suas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Caso precise incorrer em novo endividamento em razão de sua estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, a Companhia poderá ser impedida de contratá-lo em virtude dessas restrições ou ser obrigada a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente seu fluxo de caixa e seus resultados operacionais. Para mais informações a respeito do tema, vide seção 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Os resultados da Companhia podem ser afetados pelo aumento do custo de aquisição de veículos novos.
A frota da Companhia é periodicamente renovada, conforme o desgaste natural decorrente da utilização dos veículos disponibilizados para locação. Assim, os resultados da Companhia estão fortemente vinculados às condições de aquisição de veículos junto aos seus fornecedores, especialmente em razão da escala significativa dessas compras, realizadas individualmente ou em conjunto com outras empresas do mesmo grupo econômico.

Caso ocorra um aumento na demanda por veículos novos que limite a capacidade dos fabricantes de atender ao mercado e/ou eleve os preços praticados, e caso a Companhia não consiga manter os atuais níveis de desconto negociados, ou ainda enfrente alterações desfavoráveis na política de vendas das montadoras para empresas de locação, poderá haver aumento de custos e consequente redução de margens. Como os preços cobrados dos clientes consideram o custo de aquisição de novos veículos, tais fatores podem afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não mantém seguro contra certos riscos.
Os veículos da Companhia possuem seguro contra terceiros, com cobertura limitada para danos materiais, morais e corporais durante o período de locação pelos clientes. Contudo, a Companhia poderá ser responsabilizada pelo ressarcimento de danos a terceiros que excedam os limites da cobertura contratada. Assim, permanece exposta a riscos para os quais não possui seguro, relacionados a danos morais, corporais ou materiais decorrentes da utilização dos veículos alugados, seja acima dos valores cobertos, seja em relação a veículos não segurados.

Adicionalmente, as práticas de contratação de seguros poderão ser ajustadas para atender eventuais exigências de autoridades brasileiras ou para preservar o equilíbrio financeiro das operações de locação. Caso a Companhia não consiga reaver esses valores dos usuários/clientes responsáveis pelos danos, seus resultados operacionais poderão ser negativamente impactados.

A Companhia não possui cobertura securitária para determinados eventos que possam impactar diretamente seus ativos, incluindo, mas não se limitando, a eventos climáticos extremos, como enchentes, alagamentos, tempestades, granizo ou outros fenômenos naturais. Considerando que parte relevante de sua frota pode permanecer concentrada em pátios e áreas operacionais, a ocorrência desses eventos pode resultar em perdas significativas de ativos, interrupções operacionais e necessidade de investimentos não

planejados para reposição ou reparo dos veículos, o que pode impactar negativamente sua condição financeira e resultados.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados.
A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios, inclusive sistema computadorizado de reserva, sistemas de telecomunicações e site na *internet*. O desempenho de vendas pela *internet* pode ser impactado em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a tornar o site indisponível, ou que o impeçam o atendimento das reservas. Falhas substanciais no sistema de reservas ou sistema de telecomunicações podem reduzir a atratividade dos serviços e podem levar os clientes a alugarem em concorrentes. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia.

Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, *softwares* mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Os sistemas da Companhia (e os sistemas de seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados) estão sujeitos a numerosas e em constante evolução ameaças e ataques cibernéticos, incluindo *ransomware* e outros *malwares*, esquemas de *phishing* e engenharia social, que podem culminar, inclusive, em desembolsos milionários, em razão de extorsão praticada por criminosos cibernéticos, o que pode comprometer a capacidade da Companhia de operar e a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados em seus sistemas ou nos sistemas de seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados. Essas e outras ameaças cibernéticas podem ter origem em criminosos, atores patrocinados pelo estado ou erros ou má conduta de funcionários. Como as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, desativar ou degradar sistemas continuamente evoluem e se tornaram cada vez mais complexas e sofisticadas, e podem permanecer indetectadas por um período de tempo, apesar dos esforços para detectar e responder de maneira oportuna, a Companhia (e seus parceiros comerciais e prestadores de serviços terceirizados) estão sujeitos ao risco de ciberataques.

Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa.
A Companhia administra e retém informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Os negócios da Companhias estão expostos ao risco de uma possível não observância das políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por funcionários, de modo que informações pessoais de clientes, bem como de outros titulares de dados pessoais, incluindo fornecedores, parceiros e colaboradores, possam se tornar disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro.

Além disso, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir a má conduta de funcionários ou de terceiros.

O governo brasileiro promulgou, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – "LGPD") com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os titulares de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônicos, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, impactará a Companhia.

Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei, como toda operação realizada com os dados pessoais, como as que se referem à coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento, transferência, difusão ou extração, quando tais operações envolvam dados pessoais capazes de identificar ou tornar identificável uma pessoa natural.

Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como malwares, hackers, ciberterrorismo, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia podem gerar impacto negativo na reputação da Companhia, prejuízo imaterial que a marca pode sofrer em decorrência de má publicidade e impactos no relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, consumidores, fornecedores, entre outros), prejuízos

financeiros decorrentes de multas por órgãos fiscalizadores e ações judiciais que os donos dos dados pessoais que se sentirem lesados moverem contra a Companhia.

Ainda, a Companhia poderá incorrer em penalidades em função do vazamento de informações pessoais ou o seu uso indevido, em virtude da LGPD. Se a empresa não for capaz de adequar seus processos e implantar as medidas requeridas para o pleno atendimento da LGPD, a Companhia poderá sofrer as sanções administrativas aplicáveis pela ANPD previstas em lei, quais sejam (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração, (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior, (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização, (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração.

Além das sanções administrativas previstas na LGPD, a empresa também pode estar sujeita a outras formas de responsabilização decorrentes de seu descumprimento, incluindo a responsabilização civil por eventuais danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados a titulares de dados ou terceiros, bem como a eventuais medidas judiciais e obrigações de fazer ou não fazer impostas pelo Poder Judiciário ou por autoridades competentes, sem prejuízo de impactos reputacionais e comerciais relevantes.

Quaisquer eventos em que informações de titulares de dados pessoais possam ser comprometidas, sujeitas a acesso não autorizado ou outras violações de segurança, poderão reduzir a demanda pelos serviços e produtos da Companhia, ocasionando um impacto substancial e adverso em seus negócios e resultados operacionais, o que poderá resultar em investimentos adicionais para sua mitigação e implementação de medidas corretivas.

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de infração de direitos autorais de propriedade intelectual de terceiros e isso poderá acarretar despesas significativas com litígios, licenciamentos ou gerar o impedimento de vendas de determinados produtos ou serviços da Companhia, o que poderá afetar de maneira relevante e adversa a reputação da Companhia e sua situação financeira.

Como a Companhia utiliza uma variedade de propriedades intelectuais para seus negócios, clientes, autoridades/órgãos regulatórios ou outros terceiros podem alegar que a Companhia está infringindo direitos de propriedade intelectual de terceiros, fazendo com que a Companhia passe a ocupar o polo passivo de eventual litígio cível ou criminal relacionado à propriedade intelectual. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento, incremento de novas soluções e desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços feitos pela Companhia, com padrões já desenvolvidos e registrados por outras empresas do setor de tecnologia da informação, como, por exemplo, a utilização de modelos e métodos de gestão, podem submeter a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de marcas, programas de computador, patentes e direitos autorais.

Nesses casos, a Companhia pode sofrer danos relacionados à sua reputação e imagem e pode ser que tenha que alocar recursos significativos para a defesa de seus interesses em eventuais processos relacionados ao tema. Caso a Companhia tente obter licenças de tais terceiros para cessar quaisquer disputas, não há como garantir que tais licenças estarão disponíveis para a Companhia em termos aceitáveis, em cujo caso a Companhia pode ter que alterar suas marcas ou mudar sua forma de operação.

O registro de programas de computador perante o INPI não é obrigatório, porém tal registro é aconselhável, pois concede maior segurança jurídica ao titular do programa de *software* em caso de autoria e/ou reivindicação de propriedade. Caso os programas de *software* próprios da Companhia não sejam registrados perante o INPI, terceiros podem reivindicar mais facilmente os direitos sobre os programas de softwares desenvolvidos pela Companhia.

A Companhia pode ser forçada, ainda, a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos produtos da Companhia.

Ademais, novas ações exigem a atenção da administração, bem como custos adicionais para a defesa e, em determinados casos, a constituição de provisões que podem afetar adversamente a Companhia.

Assim, quaisquer infrações a direitos de propriedade intelectual cometidas pela Companhia poderão resultar em disputas judiciais e administrativas, bem como na celebração de acordos e/ou contratos de licença pela Companhia, que podem ser onerosos e restritivos, ou ainda, impedir que a Companhia realize

a prestação de determinados serviços, gerando impactos adversos relevantes em seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.
Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

Conforme apontado nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, para o cálculo da depreciação dos veículos naquele período, a Companhia estimava o valor depreciável pela diferença entre o custo de aquisição e o valor estimado de venda ao final da vida útil do ativo, deduzido dos descontos comerciais e das despesas de venda, que são definidos com base no histórico da Companhia. As deficiências no desenho dos controles internos relativos ao cálculo da despesa de depreciação a partir da estimativa do valor depreciável e vida útil dos veículos podem resultar em uma apuração equivocada da depreciação para mais ou menos, além de impactar no valor residual do veículo que, com base na definição do valor depreciável, poderá ser maior ou menor. Nesse contexto, o resultado da Companhia pode ser diretamente afetado para mais ou para menos, a depender da eventual apuração equivocada da depreciação, não refletindo corretamente a situação da Companhia.

Adicionalmente, as deficiências no desenho dos controles internos relativos ao reconhecimento da receita proveniente dos contratos de locação de frota podem resultar na apuração incorreta da receita da Companhia para mais ou para menos, impactando diretamente no seu resultado, não refletindo corretamente a situação da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.2.(d) deste Formulário de Referência.

***Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar violações às leis anticorrupção, às leis de infrações à concorrência, prevenção de lavagem de dinheiro, fraudes ou práticas irregulares por parte de seus administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócios e terceiros que atuem em nome da Companhia*.**
A Companhia está sujeita ao risco de que suas coligadas, seus administradores, empregados ou terceiros, que atuem em seu nome ou benefício, pratiquem atos que violem as leis e as regulamentações anticorrupção de países em que opera ou faz negócios, como, por exemplo, a Lei n° 12.846, de 1º de agosto de 2014 (“Lei Anticorrupção”), Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei nº 12.529/2012 e a Lei nº 9.613/1998.

No Brasil, a Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos contra a administração pública, sujeitando a pessoa jurídica infratora à sanções civis e administrativas, que incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com a administração pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados e a reputação da Companhia. Ademais, a Lei Anticorrupção determinou que as sociedades controladoras, controladas, ou coligadas da infratora serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos nela previstos.

A Companhia não pode garantir que suas coligadas, seus administradores, empregados e terceiros que agem em seu nome ou benefício ou representantes atuarão em estrita observância às regras e determinações aplicáveis à Companhia, ao seu programa de integridade e/ou às leis anticorrupção, o que pode resultar em multas, perda ou rescisão antecipada de autorizações, alvarás e/ou licenças e danos à reputação da Companhia e, consequentemente, em um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos seus resultados operacionais.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes, e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As atividades de auditoria interna, controles internos e de gestão de riscos, bem como as estruturas de governança da Companhia, como o Conselho de Administração, pode impossibilitar ou aumentar as chances de falha na identificação, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.
As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes, e os controles internos podem ser insuficientes para prevenir ou detectar possíveis práticas inapropriadas, violações, erros ou fraude, o que pode afetar adversamente a Companhia. Assim, tais falhas podem afetar adversamente os negócios, a reputação, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.
A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento para com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados.

Além disso, eventuais dificuldades da Companhia em obter capital de giro junto a investidores e instituições financeiras para suas atividades operacionais podem causar descasamento de prazo ou de volume para atender às necessidades operacionais e, desse modo, limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar os compromissos, impactando adversamente os resultados financeiros e operacionais e, por consequência, o crescimento da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa seus resultados
A Companhia (incluindo seus administradores e afiliados) é, ou pode ser no futuro, parte em diversos processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores, no âmbito de órgãos reguladores tais como Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ou Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no curso de nossos negócios. Os valores provisionados ou retidos podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações que a Companhia venha a sofrer.

A Companhia mantém provisões para demandas judiciais, as quais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, em valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.

Decisões ou acordos contrários aos seus prognósticos de perda e/ou desfavoráveis com relação a processos judiciais ou arbitrais ou, ainda, procedimentos administrativos, poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Companhia e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, e ainda, resultar em restrições de direitos, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados.

Na data deste Formulário, a Companhia possuía provisões para os processos não sigilosos relevantes, bem como figurava como parte passiva em ações trabalhistas e cíveis. As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, bem como de acordo como o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para mais informações sobre os processos relevantes, os critérios para que o processo seja considerado relevante e os montantes provisionados para processos cuja chance de perda é considerada provável, veja os itens 4.4 e 4.5 deste Formulário de Referência.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados.
O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de veículos e carência de mão de obra especializada e qualificada. Ainda que seja capaz de contratar, treinar e manter profissionais qualificados, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais tem desempenhado papel fundamental para sua construção. Caso algum deles venha a não mais integrar o quadro de funcionários, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar os negócios e resultados operacionais.

A redução na demanda de veículos seminovos pode impactar adversamente os negócios da Companhia.

A venda de veículos seminovos é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços incialmente estimados, o que pode afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.
Os preços do segmento dos veículos que a Companhia utiliza para suas operações inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo dos veículos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos veículos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de veículos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos veículos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.
A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes. Caso haja um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de veículos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação trabalhista brasileira. Além disso, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.
A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações pode ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia pode apresentar imperfeições nos registros de proventos de colaboradores em decorrência da ausência de adequações salariais e de benefícios, bem como ser responsabilizada por eventuais deficiências ou omissões relativas à saúde e segurança do trabalhador, o que pode resultar em fiscalizações pelos órgãos competentes, com a consequente aplicação de multas e outras penalidades.

A Companhia possui transações com partes relacionadas celebradas quando inexistiam procedimentos ou políticas formais internos que visassem demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante à tais transações
Conforme reportado no item 11.2, na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 58 transações mercantis em vigor com partes relacionadas. A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia atualmente em vigor foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de outubro de 2021. No entanto, a Companhia pode ter aprovado operações com partes relacionadas antes da aprovação da referida política. Neste sentido, não é possível assegurar que se tivessem sido celebradas após a entrada em vigor da mencionada política as mesmas transações seriam celebradas, ou seriam celebradas nos mesmos termos e condições.

A determinação de consolidação substancial de eventuais processos de liquidação de uma empresa do grupo econômico da Companhia, podem causar efeitos adversos aos negócios da Companhia
O Poder Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas do seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação de empresas de seu grupo

econômico como se fossem uma única sociedade, resultando na consolidação substancial de ativos e passivos das integrantes do grupo econômico (Teoria da Consolidação Substancial).

A consolidação substancial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada ("Lei de Recuperação de Empresas e Falência"), poderá ser declarada pelo Poder Judiciário, caso seja constatada a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos das sociedades do mesmo grupo econômico, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses: (i) existência de garantias cruzadas; (ii) relação de controle ou dependência; (iii) identidade total ou parcial do quadro societário; e (iv) atuação conjunta no mercado.

Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia possui um acionista controlador definido, cujo interesse poderá divergir daqueles de outros acionistas, o que poderá afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia

O Grupo Águia Branca, por meio da Águia Branca Participações S.A., controladora indireta da Companhia, tem o poder de controlar a Companhia, inclusive com poderes para: (i) eleger e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração; (ii) estabelecer a política administrativa; (iii) exercer o controle geral sobre a administração e subsidiárias; (iv) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia por ele detidas; (v) determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de todos ou de parte substancial dos ativos, e (vi) determinar a época de distribuição e o pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os interesses do acionista controlador poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas, gerando um impacto adverso na condução dos negócios da Companhia

c) Riscos relacionados à suas controladas e coligadas

Não aplicável.

d) Riscos relacionados aos seus administradores

O nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte dos esforços e da capacidade de nossa alta administração formada por experientes executivos e colaboradores-chave que detêm amplo conhecimento do negócio.

A perda de membros de nossa alta administração poderá afetar de modo adverso nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, se perdermos algum desses profissionais-chave, podemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O nosso sucesso depende de nossa capacidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Além disso, nossa estratégia para atração, retenção e sucessão de pessoas chave pode exigir que alteremos nossa política de remuneração e nossos planos incentivos baseados em ações. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderemos não ter capacidade para conduzir nosso negócio com sucesso e, consequentemente, os nossos resultados operacionais e financeiros poderão ser adversamente afetados.

e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia relacionadas ao setor de locação de veículos dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças. Ainda, os fornecedores da Companhia, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação dos estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar custos substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência

e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como, por exemplo, a consolidação de um estoque atraente, e, como consequência, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de veículos leves, caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento.

A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, e nem que seus clientes não irão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a sua receita futura. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado aos pagamentos de seus clientes em contrapartida ao aluguel de veículos. Caso os clientes da Companhia venham a descumprir suas obrigações de forma a acarretar perdas acima das expectativas, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

O mercado brasileiro de fabricação de automóveis é marcado por uma forte concentração de montadoras de veículos.

Os principais fornecedores da Companhia são as montadoras de veículos. Caso ocorra uma mudança na capacidade instalada e nas políticas e condições de vendas de veículos pelas montadoras, a capacidade da Companhia de renovar e expandir sua frota de veículos e, consequentemente, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

A forte concorrência no segmento de aluguel de veículos pode afetar os resultados operacionais da Companhia.

O segmento de aluguel de veículos é altamente competitivo e pulverizado. O segmento de aluguel de veículos tem poucas barreiras de entrada e as tarifas de locação consistem em um dos fatores importantes na decisão de contratação destes serviços pelos clientes. O ambiente altamente competitivo e as estratégias de crescimento dos competidores podem afetar de forma material o resultado operacional da Companhia.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos.

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas, alterações de interpretação sobre a incidência tributária e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais especificas. Mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, como por exemplo a regulamentação pelos estados de questões relacionadas ao registro e licenciamento de veículos automotores e à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (“IPVA”), a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos novos ocorrida em 2012 ou eventual incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda de veículos seminovos com menos de 1 (um) ano de idade, podem impactar na depreciação da frota e no valor de mercado dos ativos da Companhia. Aumentos na carga tributária da Companhia ou efeitos de mudanças na legislação tributária podem causar limitações operacionais no que se refere ao livre remanejamento da frota, causar um aumento na carga tributária e ainda impactar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, a implementação da reforma tributária sobre o consumo no Brasil, poderá impactar a forma de apuração e recolhimento de tributos, a apropriação de créditos e a estrutura de custos da Companhia.

Tais mudanças podem afetar a dinâmica de formação de preços, a rentabilidade de contratos e a competitividade da Companhia, além de demandar adaptações em seus sistemas, processos e controles internos.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

j) Riscos relacionados às questões sociais

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nas leis, regulamentos ou entendimento jurisprudencial pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança, ou o trabalho em duplas ou supervisionado para determinadas atividades de campo, podem resultar na redução da produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

A Companhia está exposta a riscos relacionados a violações de direitos humanos em sua cadeia de valor, especialmente no contexto da contratação e gestão de terceiros e fornecedores.

Eventuais práticas inadequadas por parte de terceiros e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, a condições de trabalho irregulares, trabalho análogo ao escravo ou infantil, discriminação ou descumprimento de obrigações legais e regulatórias, podem gerar responsabilização solidária ou subsidiária para a Companhia, nos termos da legislação aplicável.

A ocorrência de tais situações pode resultar em impactos negativos à reputação da Companhia, aplicação de penalidades legais e regulatórias, restrições contratuais, além de potenciais perdas financeiras decorrentes de indenizações, rescisões contratuais e necessidade de adoção de medidas corretivas, podendo afetar adversamente seus resultados e sua posição no mercado.

k) Riscos relacionados às questões ambientais

A Companhia está sujeita à regulamentação ambiental e caso não observe a regulamentação aplicável ou fique sujeita à regulamentação mais rigorosa, os seus negócios poderão sofrer efeitos adversos.

As atividades exercidas pela Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, envolvendo, dentre outros assuntos, temas relacionados a licenciamento ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos. Novas leis ou regulamentos aprovados ou implementados podem afetar, de modo adverso, os negócios e os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Para desenvolver suas atividades em determinadas localidades, a Companhia é obrigada a obter e renovar, periodicamente, licenças e autorizações de natureza ambiental, seja por si ou por empresas terceirizadas especializadas na elaboração e implantação dos projetos para a construção das estruturas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Na hipótese de violação ou descumprimento das leis, regulamentos,

licenças, autorizações e respectivas condicionantes técnicas, quando aplicáveis, a legislação ambiental prevê a possibilidade de aplicação de sanções administrativas pelos órgãos ambientais competentes, tais como multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades e revogação de autorizações, sanções criminais, além da obrigação de reparação ou compensação de eventuais danos ambientais causados, na esfera civil. Quaisquer desses eventos podem afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia, além de gerar reflexos negativos à imagem e à reputação da Companhia.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por crimes ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige. A responsabilidade criminal é subjetiva, pessoal e intransferível e, diferentemente da responsabilidade civil, depende de dolo e/ou culpa para estar caracterizada.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica. A pessoa jurídica pode ser punida com a aplicação de uma multa criminal ou com penas restritivas de direitos, que podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária do estabelecimento, da obra ou da atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. Pessoas físicas podem ser punidas com reclusão e/ou multa.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive administradores.

Ademais, referida lei prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da causadora do dano ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Já a Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

A inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia, de qualquer natureza, inclusive a eventual ausência de elaboração e de implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), pode expor a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais.

A responsabilização da Companhia por infrações, danos e crimes ambientais poderá afetar adversamente sua imagem, operações e situação financeira.

Ainda, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termos de Compromissos (TC) entre a Companhia e as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas, que podem acarretar no desembolso de valores adicionais pela Companhia para cumprimento de tais obrigações.

Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia pode ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário. Além disso, o Poder Público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais para a Companhia, de modo a adequar suas atividades a estas regras.

A Companhia não pode garantir que conseguirá obter, manter ou renovar tempestivamente suas licenças e autorizações ambientais, bem como não pode assegurar que a legislação ambiental não se tornará cada vez mais restritiva e complexa, o que pode exigir da Companhia investimentos adicionais na melhoria e adequação de suas atividades. Os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos, além

de demoras ou indeferimentos na emissão de licenças ambientais ou dispensas, podem prejudicar as atividades, resultados operacionais ou a situação financeira da Companhia.

A eventual não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento de licenças ambientais, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências de natureza ambiental podem afetar significativamente os resultados e imagem da Companhia.
Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças, registros, outorgas, autorizações, aprovações e anuências necessárias, conforme aplicável, podem atrasar ou impedir o pleno funcionamento das atividades da Companhia. A falta (em razão da não obtenção, não renovação tempestiva ou cancelamento) de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total, dos regulamentos e condicionantes técnicos ambientais, podem acarretar em efeito adverso para as atividades da Companhia, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal, sem prejuízo da reparação de danos na esfera civil, situações em que os nossos resultados e imagem poderão ser adversamente afetados. A Companhia possui uma área específica para acompanhamento e emissão de todas as licenças ambientais aplicáveis para o desenvolvimento de suas atividades.

Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às atividades da Companhia (sejam pontos de atendimento, pontos de presença ou data centers), qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ou qualquer outra razão, como desastres naturais, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas, podem nos impedir da Companhia de continuar prestando os nossos serviços a determinados grupos de clientes, o que poderá, por sua vez, e a depender do volume de clientes afetados, impactar os seus resultados de forma significativa. Nessas hipóteses, os resultados financeiros e operacionais, bem como a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode ser considerada solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus terceiros contratados
A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária. Nesse cenário, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo e/ou culpa. Sendo assim, a responsabilidade civil pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, mesmo que indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que possuir mais recursos financeiros, pode ser obrigada a repará-lo, resguardado o direito de regresso em relação aos demais envolvidos.

Portanto, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação ambiental, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelos eventuais danos ambientais por elas causados, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos ou procedimentos administrativos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, além de incorrer em eventuais custos para cumprimento de obrigações de fazer e implementação de medidas para recuperação do dano ambiental. Caso seja responsabilizada solidariamente por danos causados por terceiros contratados, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

Incêndios, chuvas fortes ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar adversamente as instalações da Companhia e a sua estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais
A Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventos climáticos e outros desastres naturais ou de origem humana, incluindo incêndios, chuvas intensas, alagamentos e outros fenômenos que possam impactar suas instalações, pátios operacionais e frota de veículos.

A ocorrência desses eventos pode resultar em danos ou perda de ativos, interrupção parcial ou total das operações, aumento de custos operacionais e de manutenção, bem como a necessidade de realização de investimentos não planejados para reparo ou reposição de ativos. Tais impactos podem afetar negativamente a eficiência operacional da Companhia e sua capacidade de atendimento aos clientes.

Adicionalmente, na medida em que tais eventos não estejam integralmente cobertos por apólices de seguro, ou que os valores de cobertura sejam insuficientes, a Companhia poderá incorrer em perdas financeiras relevantes. A materialização desses riscos pode impactar adversamente seus resultados operacionais, sua condição financeira e seus fluxos de caixa.

I) Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição
Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa, seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa. No caso do Brasil, a lei que regula o mercado de carbono foi sancionada em 2024, estabelecendo diretrizes para a precificação das emissões e o funcionamento de um sistema nacional de comércio de emissões. A atual regulamentação sobre Gases de Efeito Estufa, ou, ainda, a regulamentações que eventualmente venham a ser aprovadas, poderá aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

m) Riscos relacionados à outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente nos emergentes ou nos Estados Unidos, pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro e seus negócios estão fortemente integrados a economia e às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. Os resultados operacionais da Companhia, principalmente os relacionados ao mercado de aluguel de carros, são fortemente afetados pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. Uma redução na atividade econômica, resulta na diminuição nas viagens de turismo, negócios, investimentos e aumento do desemprego e, consequentemente, em redução na demanda de aluguéis de veículos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, e a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Adicionalmente, o mercado de títulos e valores mobiliários e a economia brasileira são afetados por condições de mercado e econômicas internacionais em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são tradicionalmente sensíveis a flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e ao comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia**.**

A ocorrência de surtos de doenças transmissíveis, epidemias ou pandemias em âmbito global ou regional pode gerar impactos adversos relevantes na economia mundial e brasileira, bem como nos mercados financeiros e de capitais.

Eventos de natureza sanitária podem afetar o comportamento da população, reduzir a atividade econômica, interromper cadeias de suprimentos, restringir a circulação de pessoas e mercadorias, além de provocar volatilidade nos preços de insumos e combustíveis, com reflexos diretos sobre os custos operacionais e a demanda pelos serviços da Companhia.

Adicionalmente, tais eventos podem resultar em aumento da volatilidade e redução da liquidez nos mercados de capitais, diminuindo o interesse de investidores por ativos de emissores brasileiros, inclusive os de emissão da Companhia. Esse cenário pode impactar negativamente o valor de mercado de seus valores mobiliários, bem como dificultar ou encarecer o acesso a fontes de financiamento.

A materialização desses riscos pode afetar adversamente os resultados operacionais, a condição financeira e a capacidade de geração de caixa da Companhia.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia pode vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;

- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação; e
- instabilidade social e política.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios e resultados das operações da Companhia.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do Produto Interno Bruto (PIB), fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. brasileiro.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Numerosos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro. Em particular, a indústria brasileira de petróleo e gás foi adversamente afetada por essas investigações no passado. A Companhia não pode prever se desenvolvimentos e investigações futuras causarão volatilidade econômica e política no Brasil, o que pode afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo da Companhia.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o presidente adotará ou se essas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

Historicamente, o Brasil registrou elevados índices de inflação, que, juntamente com as medidas adotadas pelo governo brasileiro para seu controle, bem como especulações acerca de potenciais políticas públicas, tiveram efeitos negativos sobre a economia, aumentando a volatilidade do mercado de capitais e a incerteza econômica.

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na data deste Formulário de Referência, o IPCA acumulado de 12 meses era de 4,39%. Em 31 de dezembro de 2025, o IPCA acumulado de 12 meses era de 4,83%. Já o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), na data deste Formulário de Referência, acumulado de 12 meses, era de 0,61%. Em 31 de dezembro de 2025, o IGP-M acumulado de 12 meses era de -1,05%.

As medidas de controle inflacionário implementadas pelo governo brasileiro, tradicionalmente pautadas por políticas monetárias restritivas e elevação das taxas de juros, impactam a disponibilidade de crédito e podem resultar na desaceleração do crescimento econômico.

Uma das consequências desse combate à inflação é a variação significativa da taxa de juros oficial no Brasil, que variou de 14,25% ao ano em 31 de dezembro de 2015 para 2,00% ao ano em 31 de dezembro de 2020 e 9,25% ao ano em 31 de dezembro de 2021, conforme estabelecido pelo Banco Central. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil estava em 14,50% ao ano. O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta a taxa de juros para atender às metas definidas pela política econômica do governo.

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, como alterações na taxa de juros, intervenções no mercado cambial ou a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem provocar pressões inflacionárias adicionais, afetando negativamente o desempenho da economia.

Embora a Companhia realize reajustes anuais de preços com base na inflação, caso o Brasil enfrente novamente um ambiente de inflação elevada, a Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente tais aumentos aos preços praticados, comprometendo sua capacidade de mitigar os efeitos inflacionários sobre sua estrutura de custos, o que pode impactar negativamente suas margens operacionais e líquidas.

Adicionalmente, um cenário de elevação das taxas de juros pode afetar adversamente a Companhia, não apenas pelo aumento do custo de novos financiamentos, mas também pelo encarecimento de sua dívida existente, bem como pela redução da rentabilidade de seu caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de contratos de arrendamento a pagar, que possuem remuneração atrelada a taxas de juros.

Dessa forma, a inflação e a consequente volatilidade das taxas de juros podem impactar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.
O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

A Companhia não pode prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo brasileiro no futuro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo nos resultados operacionais e condição financeira da Companhia. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. A Companhia não pode prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e pode ser adversamente afetada por essas políticas.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.
O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados na medida em que o mercado de valores

mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de valores mobiliários de emissão da Companhia de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao desempenho da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e países emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de negociação de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.
O valor de mercado de valores mobiliários de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes escalas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo outros países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica nesses países possa ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A economia brasileira também é afetada por condições econômicas e de mercado internacionais de modo geral, especialmente condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, historicamente foram sensíveis a flutuações das taxas de juros dos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de ações norte-americanos. Ainda, reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, podem prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de recursos do Brasil e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em uma recessão global, com vários efeitos que, direta ou indiretamente, prejudicaram os mercados financeiros e da economia brasileira.

O Brasil está sujeito à acontecimentos que incluem, por exemplo, (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais, (iii) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e (iv) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços de títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, entre outras.

Esses acontecimentos podem afetar adversamente o preço de negociação de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia e também pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capitais, bem como o financiamento das operações da Companhia em termos aceitáveis.

Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente a Companhia.
As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB com perspectiva estável, Ba1 com perspectiva positiva e BB com perspectiva estável pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

A Companhia não pode garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores

mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a Companhia, afetando adversamente a classificação de risco da Companhia e, consequentemente, sua situação financeira.

4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A Companhia atua nos setores de logística, transporte e gestão de frotas, estando sujeita a fatores estruturais relacionados à disponibilidade e ao custo de ativos, à eficiência na gestão e manutenção de sua frota, à dinâmica de oferta e demanda por serviços de mobilidade, bem como às condições de infraestrutura e logística nas regiões em que opera. Adicionalmente, suas atividades são influenciadas pelo ambiente regulatório, pelas condições macroeconômicas, incluindo taxas de juros, inflação e acesso a crédito. Nesse contexto, os principais fatores de risco identificados estão diretamente associados à natureza intensiva em ativos de suas operações e à sua inserção em um ambiente econômico e regulatório dinâmico, podendo impactar adversamente seus resultados operacionais, sua condição financeira, seus fluxos de caixa e sua reputação.

A Companhia considera os seguintes 5 (cinco) fatores de riscos como principais:

- A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes;
- A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, o que pode afetar desfavoravelmente sua condição financeira e resultados operacionais;
- As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores;
- Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia;
- O nível de endividamento da Companhia pode vir a afetar negativamente a sua capacidade de refinanciar o endividamento existente ou de colocar capital adicional para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir às mudanças na economia ou em seu setor de atuação e impedir que a Companhia atenda às suas obrigações nos termos dos acordos relacionados ao endividamento da Companhia, sendo que descumprimentos dos termos de tais acordos podem afetá-la adversamente.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta compreende são: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; (iii) risco de mercado; e (iv) risco de taxa de juros.

Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem são discutidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando a prevenir perdas por inadimplência. A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna e externa de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes

A Companhia classifica internamente toda carteira de acordo com o risco de crédito que se entende para cada potencial cliente/credor. A avaliação e classificação são definidas pelo comportamento de pagamento de cada cliente e o seu potencial dentro do negócio da Companhia, além de uma avaliação comercial feita pelas diretorias operacionais e o histórico de inadimplência.

A tabela abaixo fornece a exposição de perda de crédito esperada do contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

				31 de dezembro de 2025
	Taxa média ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito
A faturar	0,57%	34.595	(292)	Não
A vencer	0,57%	88.977	(1.027)	Não
Vencidos até 30 dias	1,00%	10.312	(512)	Não
Vencidos de 31 a 90 dias	14,03%	2.578	(613)	Não
Vencidos de 91 a 180 dias	34,84%	2.770	(1.632)	Não
Vencidos há mais de 180 dias	100,00%	22.512	(22.512)	Sim
		161.744	**(26.588)**	

			31 de dezembro de 2024
Taxa média ponderada de perda	Saldo contábil bruto	Provisão para perda	Problemas de recuperação de crédito
0,22%	40.491	(164)	Não
2,39%	81.244	(1.125)	Não
1,04%	9.131	(427)	Não
7,37%	4.965	(763)	Não
12,99%	2.038	(515)	Não
92,30%	15.333	(15.333)	Sim
	153.202	**(18.327)**	

Caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos
A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas e externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (S&P, Fitch e Moody's).

Risco de Liquidez
Risco de liquidez é definido pela possibilidade da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata.

O quadro a seguir demonstra o vencimento dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores contratados pela Companhia nas demonstrações financeiras (fluxos de caixa não descontados contratados), em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo
Em 31 de dezembro de 2025					
Empréstimos e financiamentos	183.923	241.920	105.772	-	531.615
Debêntures e Nota Comercial	145.663	313.999	397.889	115.654	973.205
Passivo de arrendamento - Imóveis	2.252	5.242	3.362	778	11.634
Fornecedores	22.490	-	-	-	22.490
Fornecedores com partes relacionadas	952	-	-	-	952
Contas a pagar	19.522	65.514	-	-	85.036
Dividendos a pagar	4.252	-	-	-	4.252
31 de dezembro de 2024					
Empréstimos e financiamentos	199.670	281.087	118.327	47.531	646.615
Debêntures e Nota Comercial	141.212	636.021	239.461	-	1.016.694
Passivo de arrendamento - Imóveis	1.950	4.220	1.244	742	8.156
Fornecedores	51.755	-	-	-	51.755
Fornecedores com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Contas a pagar	50.772	16.924	56.798	-	124.494
Dividendos a pagar	16.000	-	-	-	16.000

Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras Companhia do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos e derivativos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Total de debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos	1.074.250	1.269.715

Menos: Caixa e equivalentes de caixa/ Títulos e valores mobiliários	153.617	255.252
Dívida líquida	**920.633**	**1.014.463**
Total do patrimônio líquido	611.246	591.578
Total do capital	**1.531.879**	**1.606.041**
Índice de alavancagem financeira - % (*)	**60%**	**63%**

(*) o Cálculo do índice de alavancagem financeira é Dívida liquida/capital total.

Risco de mercado
Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Risco de Taxa de Juros
Risco de taxas de juros decorre da oscilação de taxas de juros incidentes em um instrumento financeiro em sofrer perdas ou ganhos. Os riscos de taxas de juros da Companhia referem-se, principalmente, aos títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, aplicadas como taxa de juros.

O risco cambial decorre da variação entre dois momentos, da relação existente entre a moeda nacional e uma moeda internacional sofrendo perdas ou ganhos em operações no exterior. Conforme política financeira, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição às mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos nesta modalidade.

Os empréstimos bancários para investimentos estão contratados com taxas de juros pós-fixadas pela variação do CDI. Os empréstimos que estão na modalidade “4131”, em moeda estrangeira e, assim, sujeita à variação cambial, e o risco de variação na taxa de câmbio desses empréstimos é mitigado com a contratação de operações de swap realizadas com as mesmas instituições financeiras que concederam os empréstimos.

Os empréstimos para investimentos contratados com negociação com taxas de juros pré-fixados são protegidos do risco de variação nas taxas de juros do mercado com a contratação de operações de swap pós-fixados realizadas com as mesmas instituições financeiras que concederam os empréstimos.

	31/12/2025	31/12/2024
TLP/IPCA/TPL	5.735	18.035
SELIC/CDI	850.968	1.069.792
Dólar/EURO	132.686	164.167
	989.389	**1.251.994**

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos Pós Fixados	989.389	1.251.994
Empréstimos Pré-Fixados	76.220	25.272
	1.065.609	**1.277.266**

O risco da variação do CDI é parcialmente mitigado pelas aplicações financeiras feitas no caixa, conforme descrito a seguir:

Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Empréstimos em CDI	850.968	1.069.792
Empréstimo em moeda estrangeira + SWAP	141.327	156.617
Total Dívida em CDI (a)	**992.295**	**1.226.409**
Aplicações Financeiras (b)	153.142	254.929
Saldo em CDI (a - b)	**839.153**	**971.480**

Análise de sensibilidade:

A Companhia realizou para as dívidas atreladas à taxa de câmbio (R$/US$) e (R$/EUR) a mesma variação de 25% e 50%, considerando para esse risco a mitigação pela exposição inversa em relação à dívida. A Companhia considerou as projeções da taxa de câmbio na data do balanço e que o Dólar provável para o próximo ano seja de R$ 5,9508/US$ e o Euro provável, R$ 7,1061 /EUR. No cenário I + deterioração de 25%, o Dólar a R$ 7,4385 /US$ e o Euro a R$ 8,8826/EUR; e no cenário I + deterioração de 50%, o Dólar a R$ 8,9262 /US$ e o Euro a R$ 10,6592 /EUR, conforme abaixo:

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Dívida atrelada ao CDI				16,08%	19,61%	23,13%
Posição em 31.12.2025	850.968	CDI	-	987.834	1.017.819	1.047.805
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda)	(136.866)	(166.851)	(196.837)
Dívida atrelada à IPCA				11,42%	12,41%	13,41%
Posição em 31.12.2025	5.735	IPCA	-	6.389	6.446	6.504
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda)	(654)	(711)	(769)

Operação	Exposição	Risco	Ganho/ (Perda) Potencial	Cenário Provável	Cenário I + deterioração de 25%	Cenário I + deterioração de 50%
Instrumentos em moeda estrangeira EUR Dívida						
Dívida				14,63%	43,29%	71,94%
Posição Passiva - Em R$	91.245	R$	-	104.593	130.741	156.889
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda)	(13.348)	(39.496)	(65.644)
SWAP						
Posição Ativa - em €	93.588	R$	-	108.351	135.439	162.527
Posição Passiva - em CDI	102.615	CDI	-	118.949	122.560	126.170
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda/Ganho)	(10.598)	12.879	36.357
Instrumentos em moeda estrangeira USD						
Dívida				14,04%	42,55%	71,06%
Posição Passiva - Em R$	41.441	R$	-	47.261	59.076	70.892
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda)	(5.820)	(17.635)	(29.451)
SWAP						
Posição Ativa - em US$	41.669	R$	-	47.954	59.942	71.930
Posição Passiva - em CDI	41.283	CDI	-	48.257	49.722	51.187
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Perda/Ganho)	(303)	10.220	20.743
Instrumentos em moeda Nacional (BRL)						
SWAP						
Posição Ativa - em BRL	-	R$	-	-	-	-
Posição Passiva - em CDI	-	CDI	-	-	-	-
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Ganho)	-	-	-
	-					
SWAP						
Posição Ativa - em BRL IPCA	-	R$	-	-	-	-
Posição Passiva - em CDI	-	CDI	-	-	-	-
Impacto no Resultado / Patrimônio Líquido			(Ganho)	-	-	-

Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. Os testes de efetividade estão devidamente documentados ficando confirmado que os *derivativos* designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A Companhia utiliza contratos de swap para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de variações nas taxas de câmbio relacionadas com empréstimos em moeda estrangeira. Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquida de imposto de renda e contribuição social diferido.

A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Swap de variação cambial
As operações de swap de variação cambial foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes para eliminar a exposição à variação cambial.

As operações de swap são contratadas para converter dívidas e empréstimos denominados em Dólares ou Euros para Reais. Veja quadro abaixo:

					31 de dezembro de 2025								
			Indexador médio			Juros (Accrual)			Marcação a Mercado (mark-to-market)				
Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Moeda	Posição ativa	Posição passiva	Valor Nocional	Posição ativa	Posição passiva	Ganho / (perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho / (perda)	Movimento Resultado	Movimento Ora*
Contrato swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	6,41% a.a	2,70% a.a.	63.180	41.494	40.204	1.290	41.669	41.283	386	13.420	(769)
Contrato swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	5,40% a.a.	CDI+1,84% a.a.	83.248	91.974	100.890	(8.916)	93.588	102.615	(9.027)	8.421	(471)
					146.428	**133.468**	**141.094**	**(7.626)**	**135.257**	**143.898**	**(8.641)**	**21.841**	**(1.240)**

					31 de dezembro de 2024								
			Indexador médio			Juros (Accrual)			Marcação a Mercado (mark-to-market)				
Instrumento	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Moeda	Posição ativa	Posição passiva	Valor Nocional	Posição ativa	Posição passiva	Ganho / (perda)	Posição ativa	Posição passiva	Ganho / (perda)	Movimento Resultado	Movimento Ora*
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	USD	6,41% a.a	2,70% a.a.	63.180	67.448	57.820	9.628	67.923	59.968	7.955	(11.360)	352
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	EUR	9,59% a.a.	CDI+3,24% a.a.	90.901	97.066	96.888	178	99.796	100.200	(404)	(6.120)	(3.131)
					154.081	**164.514**	**154.708**	**9.806**	**167.719**	**160.168**	**7.551**	**(17.480)**	**(2.779)**

*Os valores nesta tabela estão brutos de tributos sobre o lucro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4 foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia figura como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou seja, cujo valor envolvido seja superior a R$3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Para os processos cíveis, a expectativa de perda é baseada na média histórica de valores de acordos e condenações em processos similares e conforme competência (juizado especial ou vara cível).

Para os processos trabalhistas, a expectativa de perda considera as provas a serem produzidas para defesa, bem como a jurisprudência sobre a matéria.

Para os processos tributários, a expectativa de perda considera os fatos específicos de cada processo, a legislação tributária vigente e a jurisprudência sobre o tributo em discussão.

Após o provisionamento inicial, os valores indicados podem ser revistos e, se for o caso, reajustados nos casos de decisão favorável ou desfavorável proferida em primeiro ou segundo grau.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita, na data deste Formulário de Referência, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Ação de Indenização n.º 1057845-19.2023.8.26.0114	
a. Juízo	12 Vara Cível de Campinas
b. Instância	1 instancia
c. Data de instauração	14/12/2204
d. Partes no processo	Rafael da Costa Pereira x Pablo do Amaral Ferreira e Let´s Rent a Car
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.005.222,15
f. Principais fatos	Trata-se de ação de reparação de danos materiais e morais causados em decorrência de acidente de trânsito, em que objetiva a condenação dos réus em danos materiais, morais e estéticos, decorrentes de um acidente automobilístico ocorrido em 26/10/2023. A vítima teve lesão grave, em especial em seu braço direito, com fratura em três ligares do úmero, cuja consequências continua sofrendo, vez que após o acidente se tornou impossibilitada de exercer plenamente suas funções laborais.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O processo está em fase de instrução, não foi proferido sentença.
h. estágios do processo	Conhecimento
i. chances de perda	Possível
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão dos valores envolvidos
k. análise do impacto em casos de perda	Em caso de perda, o valor da indenização deverá ser depositado em juízo, de modo que a Companhia sofrerá um impacto financeiro.

Processos tributários

Processo no A.I. 13136-723.115/2024-68	
a. Juízo	Delegacia de Julgamento da Receita Federal - DRJ
b. Instância	Administrativa
c. Data de instauração	03/12/2024
d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal o Brasil Autuada: Lets Rent a car
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.134.244,09 (Dez milhões, cento e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e nove centavos) (valor atualizado em 30/04.2026)
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração por meio do qual o fisco entendeu que a companhia apresentou Escrituração Contábil Fiscal (ECF), relativas aos anos calendário de 2019, 2020, 2021 e 2022, com informações inexatas, incorretas ou omissas. Apresentada

Processo no A.I. 13136-723.115/2024-68	
	impugnação, aguardando julgamento da Junta Fiscal da RFB.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento 1ª Instância RFB.
h. estágios do processo	1ª INSTÂNCIA - Aguardando julgamento.
i. chances de perda	Possível
j, motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da discussão material.
k. análise do impacto em casos de perda	Em caso de perda na esfera administrativa, a Companhia poderá recorrer à esfera judicial para discussão da matéria. Em caso de decisão judicial definitiva contrária à Companhia, esta terá que efetuar o desembolso dos tributos questionados no valor de 10.134.244,09 (Dez milhões, cento e trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e nove centavos), o que poderá afetar negativamente seu caixa.

Além das ações listadas acima, não há, na data deste Formulário de Referência, outros processos cíveis ou tributários considerados relevantes, isto é, que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou seja, cujo valor envolvido seja superior a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Na data desse Formulário de Referência, a Companhia não havia registrado provisões para os processos individualmente relevantes descritos no item 4.4 deste documento.

4.6. Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, a Companhia não foi notificada e/ou citada em relação a processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia seja parte.

4.7. Outras contingências relevantes

Não há outras contingências que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 4.

5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

5.2 Descrição dos controles internos

a) ***as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las***
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) as estruturas organizacionais envolvidas
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

d) ***deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente***
Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das informações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, não apresentaram deficiências significativas no que tange aos controles internos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas
A Administração da Companhia concorda com a avaliação dos auditores independentes em relação à ausência de deficiências significativas no relatório de controles internos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou as recomendações dos auditores independentes e adotou, quando necessário, planos de ação para endereçá-las. No entendimento da Administração da Companhia tais planos são suficientes para endereçar as recomendações dos auditores independentes.

5.3 Programa de integridade

a) *se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:*
A controladora da Companhia, VIXPar, possui um Código de Conduta, aplicado desde 2012, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2025, o qual é aplicável às suas controladas. Juntamente ao Código de Conduta, a VIXPar adotou o seu Sistema de Integridade, o qual tem por objetivo prevenir, detectar e remediar práticas inadequadas, que contrariem o Código de Conduta, normas e políticas internas e a legislação vigente.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas
Consolidando práticas já adotadas pela VIXPar e suas controladas, incluindo a Companhia e reafirmando o compromisso com ações futuras, o Sistema de Integridade, tem por objetivo prevenir, detectar e remediar fraudes e ilícitos ao Código de Conduta, Política Anticorrupção e a legislação vigente. Por meio do Sistema de Integridade, a VIXPar e suas controladas buscam fortalecer cada vez mais a cultura ética, combater a corrupção, promover um melhor padrão de governança e liderança consciente, além de engajar as pessoas para o bem e alavancar os negócios.

Alinhado com as diretrizes corporativas e aos valores organizacionais, o Sistema de Integridade está sustentado sob os seguintes pilares:
- O comprometimento da Alta Administração;
- Instância responsável pelo desenvolvimento e monitoramento das ações;
- Análise de riscos;
- Normas e procedimentos internos;
- Comunicação;
- Treinamentos periódicos;
- Canal de denúncia;
- Ações de remediação;
- Medidas disciplinares;
- Due Diligence de terceiros;
- Monitoramento contínuo;

Tendo como referências as melhores práticas do mercado, bem como as disposições contidas na Lei n.º 12.846/13, no Decreto n.º 8.420/15 e, quando aplicável, nas legislações internacionais, nas recomendações do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU, o Sistema de Integridade se aplica à VIXPar e a todas as empresas controladas, bem como aos seus acionistas, membros do Conselho de Administração, comitês de assessoramento, investidores, fornecedores e prestadores de serviços e demais terceiros que com elas mantenham relacionamento.

Dentre as normas e procedimentos internos, destacamos o Código de Conduta corporativo e a Política Anticorrupção, os quais estabelecem os princípios éticos e a conduta esperada nos casos de relacionamento com agentes públicos, mas também nas relações entre agentes privados.

Convém lembrar, ainda, que em dezembro de 2020 a VIXPar, controladora da Companhia, se tornou signatária do Pacto Global da ONU e do Pacto Empresarial pela Integridade do Instituto Ethos. Em janeiro de 2021, foi aceita como membro signatário do Pacto Global da ONU e, em fevereiro de 2021, foi formalizada sua associação ao Instituto Ethos.

Para a gestão da cultura ética, a VIXPar conta ainda com mecanismos de integridade, dentre os quais destacamos:

Comprometimento da Alta Administração
O comprometimento da Alta Administração é o principal pilar do Sistema de Integridade da VIXPar e está presente por meio da destinação de recursos, do apoio manifesto à instituição e desenvolvimento das ações do Sistema, e das manifestações expressas realizadas através dos meios de comunicação utilizados. Além disso, o reporte das ações do Sistema de Integridade compõe pauta específica do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia, que possui agendas específicas para avaliação dos temas pertinentes à evolução do Programa de Integridade, indicadores do Canal de Denúncia e funcionamento do Comitê de Ética.

Comitê de Ética
Composto por Gerentes Operacionais e Corporativos da Companhia, compete-lhe zelar pelo cumprimento do Código de Conduta, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em

todos os processos de negócio e atividades da VIXPar e suas controladas, tendo seus trabalhos orientados por regimento específico.

Auditoria Interna
Compete à Auditoria Interna elaborar, planejar e aplicar auditoria interna por meio da metodologia padrão estabelecida em atendimento aos requisitos normativos, legais e de clientes, bem como atuar, nos casos específicos definidos em instrução de trabalho interna, nas apurações de desvios ao Código de Conduta e demais normativos internos da VIXPar.

Análise de riscos
Em 2020 foi iniciado novo ciclo de revisão da matriz de riscos estratégicos, listando os principais riscos e fatores, bem como categorizando os controles existentes, a fim de reduzir a probabilidade ou de atenuar os impactos. O diagnóstico dos riscos e do nível de maturidade balizam a definição do modelo de gestão, baseado no modelo de três linhas, conforme o *International Internal Audit*.

Para gestão dos riscos, a VIXPar possui em sua estrutura uma equipe dedicada ao tema, bem como uma Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela VIXPar e suas controladas, na política de gestão de riscos, de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação, tratamento, registro, comunicação e monitoramento dos riscos, visando minimizar incertezas e maximizar oportunidades e, consequentemente, proteger e criar valor para a VIXPar e suas controladas, garantindo a perpetuidade dos negócios assim como a preservação de sua imagem.

Códigos, Políticas e Normativos Internos
Código de Conduta
A VIXPar possui um Código de Conduta, implantado desde o ano de 2012, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 2021, o qual estabelece os valores e princípios éticos da VIXPar e suas controladas, bem como as diretrizes aplicáveis a todos os colaboradores, fornecedores, parceiros, comunidade, acionistas, investidores, clientes e imprensa, nas relações mantidas com a VIXPar e suas controladas. Os princípios éticos nele estabelecidos devem fundamentar a relação com agentes públicos e privados, a negociação de contratos, acordos, propostas de alteração do estatuto social, bem como as políticas adotadas pela VIXPar e suas controladas. Após o lançamento do Programa de Integridade, o Código de Conduta passou por revisão para adequação ao Regulamento do Novo Mercado, e é revisado por período não superior a dois anos.

Política Anticorrupção
A VIXPar possui uma Política Anticorrupção, implantada em 2017, que se destina aos acionistas, executivos, membros do Conselho de Administração, empregados, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e demais stakeholders que se relacionem com a VIXPar, suas coligadas e/ou subsidiárias. A Política Anticorrupção tem como objeto nortear as ações e decisões de todos os gestores e colaboradores por meio da capacidade de agir com integridade e transparência, priorizando a honestidade nas relações pessoais e profissionais. A partir do lançamento do “Programa” de Integridade, a Política Anticorrupção passa por revisões, em periodicidade não superior a 2 anos. A política foi objeto de revisão no ano de 2020, sendo aprovada pelo Conselho de Administração em 2021.

Política de Negociação de Valores Mobiliários
A Companhia adota uma política específica de negociação de valores mobiliários, a qual estabelece as regras que deverão ser observadas pela Companhia, seus acionistas controladores, pelos Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado), e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, bem como por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso permanente ou eventual a informações relevantes (“Pessoas Vinculadas”), visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários.

Tais regras também visam coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e *tipping* (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos valores mobiliários. As regras da Política de Negociação definem ainda os períodos nos quais as Pessoas Vinculadas devem se abster de negociar com valores mobiliários, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Comunicação e Treinamento

Comunicação e treinamento são importantes pilares do Sistema de Integridade da VIXPar, através dos quais são desenvolvidos programas e projetos específicos, que tem como objetivo fortalecer a cultura ética, os princípios e valores que compõem o Sistema a de Integridade. Este mapeamento é revisado anualmente, dando origem ao Plano Anual de Comunicação e Treinamento. Para sua construção, são considerados a realidade das operações, o público interno e externo da Companhia e o mapeamento dos riscos. Todos os colaboradores recebem treinamento anualmente sobre o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, bem como a todas as formas de acesso ao Canal de Denúncias.

Como parte de sua estratégia de comunicação e treinamento, a Companhia realiza ações presenciais e online, mediante o uso de ferramentas que permitam o maior e mais adequado alcance dos colaboradores, dentre as quais citamos a ferramenta "VAPT" de educação corporativa à distância, permitindo ampliar o quantitativo de colaboradores treinados pelo Sistema de Integridade.

Canal de Denúncias
Implantado em 2015, tendo por objetivo prevenir, detectar e sanar os desvios ao Código de Conduta, a Política Anticorrupção, à legislação vigente e normas internas da VIXPar e suas controladas, incluindo fraudes, irregularidades praticadas contra a administração pública e nas relações entre agentes privados.

O canal de denúncias é operado por uma empresa independente e imparcial, dotado de credibilidade tanto pelo público interno quanto pelo público externo, aos quais está disponível, sendo assegurados em todo o caso o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação. As análises e decisões quanto as denúncias recepcionadas pela VIXPar são baseadas em suas diretrizes organizacionais, dentre elas o propósito, princípios e valores, bem como as diretrizes do Código de Conduta, Lei Anticorrupção, Lei Antitrutes, Lei das Sociedades Anônima, práticas internas de anticorrupção e ética da VIXPar e serão avaliadas pelo Comitê de Ética independente e imparcial, da VIXPar.

Os relatos poderão ser comunicados por meio do Canal de Denúncias, mediante qualquer dos seguintes acessos: e-mail: denuncias@vix.com.br; site: https://www.contatoseguro.com.br/vixpar; ligação telefônica 0800-777- 1112, ou por cartas ou outros impressos enviados para o endereço Av. Jerônimo Vervloet, nº 345, Goiabeiras, Vitória – ES, CEP 29.075-140, aos cuidados do "CANAL DE DENÚNCIA". Seguindo as recomendações de melhores práticas, o canal de denúncias é operado por uma empresa terceirizada, estando em funcionamento durante os 7 dias da semana, 24h por dia.

As investigações relacionadas aos casos recepcionados pelo canal de denúncias são sigilosas e realizadas tendo como referência uma Instrução de Trabalho específica que orienta o fluxo do processo. Os resultados apurados são avaliados pelo Comitê de Ética, que se reporta ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia e ao Conselho de Administração da VIXPar e é dotado de autoridade para solicitar revisões e/ou complementações das tratativas realizadas.

Monitoramento do Sistema de Integridade
O monitoramento do Programa de Integridade é realizado pela Gerência Executiva Jurídica, GRC e Sustentabilidade, designada pela Alta Administração da VIXPar, a quem compete implementar e monitorar anualmente sua evolução. As ações do Sistema de Integridade são revisadas anualmente.

Periodicamente, conforme agenda estabelecida, a evolução do Sistema de Integridade é reportada ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia e ao Conselho de Administração.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:
O desenvolvimento, implementação e monitoramento do Sistema de Integridade da VIXPar é de responsabilidade da Gerência Executiva Jurídica, GRC e Sustentabilidade, contando com uma equipe dedicada ao desenvolvimento do tema. Compete-lhe, sem prejuízo de outras funções, implementar ações definidas pela Alta Administração da VIXPar, dentre elas o plano anual de comunicação abrangente a todos os stakeholders; propor e executar diretrizes de treinamentos; desenvolver, implementar e monitorar o cumprimento do Sistema de Integridade, Código de Conduta, Política Anticorrupção e demais políticas internas aplicáveis, de acordo com diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e com o Código Brasileiro de Governança Corporativa - CBGC; fazer a gestão do canal de denúncias e prestar apoio ao Comitê de Ética; prestar informações periódicas ao Conselho de Administração da VIXPar, comitês de assessoramento e à diretoria; realizar análise de risco no processo de contratação quanto a clientes e fornecedores; monitorar, junto as demais áreas, o cumprimento de obrigações previstas no Plano Anual de Integridade.

A Gerência Executiva Jurídica, GRC e Sustentabilidade reporta-se à Diretoria Administrativa da VIXPar quanto aos temas jurídicos e operacionais e, no que se refere aos temas de Governança Corporativa e

Compliance, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia da VIXPar e ao Conselho de Administração da VIXPar.

Comitê de Ética
O Comitê de Ética da VIXPar é dotado de independência e autonomia, reportando-se à Diretora Executiva da VIXPar e, periodicamente ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia e ao Conselho de Administração da VIXPar. É composto por Gerentes Operacionais e Corporativos da VIXPar, que possuam ao menos 02 (dois) anos de serviço e sobre os quais não se registrem notas desabonadoras, indicados pelo Diretores, em lista homologada pelo Conselho de Administração da VIXPar e aprovados pela Diretora Executiva da VIXPar.

O Comitê é regido por diretrizes descritas em regimento próprio, competindo-lhe zelar pelo cumprimento do Código de Conduta, garantindo que sejam considerados e respeitados os seus princípios e normas em todos os processos de negócio e atividades da VIXPar. Dentre as atribuições do Comitê de Ética da VIXPar, está ainda a análise das tratativas realizadas aos casos encaminhados pelo Canal de Denúncias, estando revestido de autoridade para solicitar complementações e/ou propor recomendações.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
A VIXPar possui, desde 2012, um Código de Conduta, aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (diretor executivo, diretores, conselheiros e membros de comitês), colaboradores da VIXPar e de suas controladas, bem como a seus fornecedores e prestadores de serviços. O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da VIXPar, tendo passado por revisão no ano de 2025.

Nos casos em que houver violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, poderão ser aplicadas as medidas disciplinares nele previstas, conforme a gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão sem justa causa; (d) demissão por justa causa; e/ou (e) medidas judiciais cabíveis.

Para fortalecer as diretrizes do Código de Conduta e do Sistema de Integridade a Companhia desenvolve projetos e campanhas, que partem de um Plano Anual de Comunicação estruturado anualmente que tem como base os principais indicadores do Canal de Denúncia, assim como os temas de maior relevância na Companhia, elencados conforme uma análise de riscos e tendências, a Companhia desenvolve campanhas específicas que tem como objetivo fortalecer a cultura ética e o Programa de Integridade, dentre os quais:

Semana de Combate ao Assédio: principal iniciativa do Sistema de Integridade, é realizada anualmente e tem como objetivo o fortalecimento do propósito e de um dos princípios e valores da Companhia: Integridade. A Campanha reforça a cultura ética, trazendo maior conscientização do tema, com a participação da Alta Administração, sendo disseminada na Matriz e nas bases operacionais.
Trilha da Integridade: Desde o ano de 2020, a Companhia aplica um treinamento específico e obrigatório, dedicado a todos os colaboradores, para disseminação de seu Código de Conduta e do Sistema de Integridade , por meio da plataforma online de educação corporativa da Companhia, o VAPT, acessível ao público interno e às operações, reforçando a conduta esperada de todos aqueles que se relacionam com a Companhia, inclusive no que diz respeito às práticas anticorrupção, treinamento este que foi replicado para todo o time de colaboradores. Em 2023 foi lançada a “Trilha da Integridade”, um treinamento robusto, de caráter obrigatório, direcionado a todos os colaboradores, que tem como objetivo conscientizar e reforçar o Sistema de Integridade, bem como todos os pilares e principais iniciativas que o compõem.

Papo de Integridade: esse momento em como principal objetivo o debate de questões éticas e o papel da liderança no desenvolvimento do Sistema de Integridade.
Dia da Ética e Campanha de combate ao assédio: realizada anualmente, esta campanha reforça o fortalecimento e disseminação da cultura ética, associada ao respeito, integridade, transparência e relacionamento duradouro, bem como o combate à todas as formas de assédio.

Aniversário do Canal de Denúncias: realizada desde o ano de 2017, esta campanha reforça a importância do Canal de Denúncias, as premissas de confidencialidade, anonimato e não retaliação que o regem, além de orientar em relação ao uso e fluxo de atuação. Em 2025, como iniciativa de fortalecimento do Sistema de Integridade, foi lançada a Cartilha do Gestor para Apuração de Denúncias, com diretrizes práticas para condução adequada, imparcial e segura dos processos investigação.

Campanha da Cidadania: campanha realizada nos anos eleitorais, reforça as diretrizes contidas no Código de Conduta em relação ao tema, orientando ainda em relação às condutas esperadas no ambiente de trabalho, durante o período.

Fórum de Fornecedores: Reconhecendo a importância da disseminação do Código de Conduta junto à sua cadeia de valor, a Companhia realizou, em 2024, o I Fórum de Fornecedores, com o tema “Elo VIXPar – Fortalecendo conexões sustentáveis”. O evento reuniu participantes com o objetivo de fortalecer parcerias, incentivar práticas sustentáveis e promover a integridade nas relações comerciais. Na ocasião, foram abordados temas relevantes como Governança, Compliance, Contratos e Sustentabilidade, além de discutidos desafios e oportunidades de crescimento conjunto.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A VIXPar possui um canal de denúncia, o qual é aplicável às suas controladas, e por meio do qual os relatos são recebidos e processados por uma empresa independente e especializada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

São assegurados o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As tratativas dos relatos recepcionados pelo Canal de Denúncias são avaliadas pelo Comitê de Ética da VIXPar, podendo contar com apoio da Auditoria Interna ou empresa contratada para apurações mais específicas. Os indicadores do Canal de Denúncias são reportados ao Conselho de Administração e ao Comitê de Pessoas, Sustentabilidade e Estratégia da VIXPar, conforme agenda estabelecida.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não possui registros de casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, conforme indicado nos itens anteriores. A Companhia possui, por intermédio de sua Controladora, um Código de Conduta que regula as relações com a Administração Pública, bem como um Canal de Denúncias, operado por empresa independente e imparcial, como instrumento de monitoramento.

5.4. Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Lets Rent a Car S/A

VIX LOGÍSTICA S.A. | 100 % 118

Ir para Estrutura Acionária Completa

Ações Tesouraria	118
Outros	119
Total	119

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

VIX LOGÍSTICA S.A.

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A | 95,49 % 120
Ir para Estrutura Acionária Completa
KAUMER CHIEPPE | 0 % 120
RIO NOVO LOCAÇÕES | 4,51 % 121
Ações Tesouraria 121
Outros 122
Total 122

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A. | 27,407 % 123
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

LWM PARTICIPAÇÕES S.A. | 2,114 % 123
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A. | 39,902 % 124
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

NCC INVESTIMENTOS LTDA. | 3,171 % 124
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A. | 27,407 % 125
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

Ações Tesouraria 125

Outros 126

Total 126

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

ARTHUR GOMES CHIEPPE | 16,665 % 127

AYLMER CHIEPPE | 0,005 % 127

AYLMER CHIEPPE NETTO | 16,665 % 128

FELIPE CHIEPPE DE SALDANHA | 11,669 % 128

JULIA CHIEPPE | 16,665 % 129

LARA GOMES CHIEPPE | 16,665 % 129

LUIZA CHIEPPE DE SALDANHA | 9,986 % 130

MARIA LUIZA ZACCHÉ CHIEPPE | 0,005 % 130

NELSON CHIEPPE DE SALDANHA | 11,674 % 131

Ações Tesouraria 131

Outros 132

Total 132

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

LWM PARTICIPAÇÕES S.A.

BERNARDO PRETTI CHIEPPE | 25 % 133

BRUNO PRETTI CHIEPPE | 25 % 133

CARLOS CHIEPPE NETTO | 25 % 134

GIULIANA PRETTI CHIEPPE | 25 % 134

Ações Tesouraria 135

Outros 135

Total 135

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

ANDRÉ LUIZ CHIEPPE | 15,815 % 136

ANNA KARLA CHIEPPE | 15,815 % 136

CAROLINA CHIEPPE KROEFF | 10,539 % 137

CLÁUDIO MÁRIO CHIEPPE | 7,715 % 137

DECIO LUIZ CHIEPPE | 5,134 % 138

EDILENE CHIEPPE DE CASTRO | 31,619 % 138

ESPÓLIO DE NASCIR G. G. CHIEPPE | 0 % 139

GABRIEL CHIEPPE KROEFF | 10,539 % 139

Ações Tesouraria 140

Outros 140

Total 140

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

NCC INVESTIMENTOS LTDA.

CLARICE P. CHIEPPE | 25 % 141

ISABELA P. CHIEPPE | 25 % 141

LETÍCIA P. CHIEPPE | 25 % 142

PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE | 25 % 142

Ações Tesouraria 143

Outros 143

Total 143

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

CASSILDA CECCATO | 0 % 144

DENISE CHIEPPE | 21,183 % 144

FILIPE GONÇALVES CHIEPPE | 10 % 145

GABRIELA DA MATTA CHIEPPE LEAL | 3,966 % 145

JÉSSICA DA MATTA CHIEPPE THOMAZINI | 3,966 % 146

JOSIANE CHIEPPE | 21,183 % 146

LUCAS CHIEPPE JUFFO | 0 % 147

MÁRCIA CHIEPPE | 21,183 % 147

RENAN CHIEPPE | 18,519 % 148

Ações Tesouraria 148

Outros 149

Total 149

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Lets Rent a Car S/A

Acionista

VIX LOGÍSTICA S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**32.681.371/0001-72**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
578.986.461	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
578.986.461	**100,000 %**	**12/04/2023**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**991**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
991	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Lets Rent a Car S/A

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
578.986.461	**100,000 %**	**991**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
578.987.452	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

VIX LOGÍSTICA S.A.

Acionista

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**31.469.364/0001-49**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
84.705.660	**95,490 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
84.705.660	**95,490 %**	**23/12/2014**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

KAUMER CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**769.327.617-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6	**0,000 %**	**17/04/2012**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

VIX LOGÍSTICA S.A.

Acionista

RIO NOVO LOCAÇÕES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**04.373.710/0001-18**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
4.000.655	**4,510 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.000.655	**4,510 %**	**14/02/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

VIX LOGÍSTICA S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
88.706.321	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
88.706.321	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A

Acionista

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**31.708.852/0001-61**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
22.879.607	**27,407 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
22.879.607	**27,407 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LWM PARTICIPAÇÕES S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**01.193.177/0001-14**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.764.581	**2,114 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.764.581	**2,114 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A

Acionista

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**31.710.106/0001-02**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
33.310.990	**39,902 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
33.310.990	**39,902 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

NCC INVESTIMENTOS LTDA.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**31.774.441/0001-74**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.646.980	**3,171 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.646.980	**3,171 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**31.710.189/0001-30**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
22.879.608	**27,407 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
22.879.608	**27,407 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
8	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
8	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
83.481.774	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
83.481.774	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Acionista

ARTHUR GOMES CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**160.294.207-20**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.169	**16,665 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.169	**16,665 %**	**30/08/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

AYLMER CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**014.462.317-04**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,005 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,005 %**	**14/07/1990**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Acionista

AYLMER CHIEPPE NETTO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**100.763.217-89**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.169	**16,665 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.169	**16,665 %**	**30/08/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

FELIPE CHIEPPE DE SALDANHA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**144.249.457-31**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.219	**11,669 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.219	**11,669 %**	**18/11/1987**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Acionista

JULIA CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**100.763.167-85**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.169	**16,665 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.169	**16,665 %**	**30/08/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LARA GOMES CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**160.292.557-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.169	**16,665 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.169	**16,665 %**	**30/08/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Acionista

LUIZA CHIEPPE DE SALDANHA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**144.248.627-98**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.899	**9,986 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.899	**9,986 %**	**30/08/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

MARIA LUIZA ZACCHÉ CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**024.558.297-58**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,005 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,005 %**	**14/07/1990**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

NELSON CHIEPPE DE SALDANHA

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**144.248.447-06**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.220	**11,674 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.220	**11,674 %**	**30/08/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AYLMER CHIEPPE INVESTIMENTOS S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
19.016	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
19.016	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LWM PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

BERNARDO PRETTI CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**109.640.627-63**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
305.196	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
305.196	**25,000 %**	**20/06/1996**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

BRUNO PRETTI CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**087.088.967-20**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
305.196	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
305.196	**25,000 %**	**20/06/1996**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LWM PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

CARLOS CHIEPPE NETTO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**053.773.437-60**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
305.196	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
305.196	**25,000 %**	**20/06/1996**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

GIULIANA PRETTI CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**102.300.547-65**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
305.196	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
305.196	**25,000 %**	**20/06/1996**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LWM PARTICIPAÇÕES S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.220.784	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.220.784	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

ANDRÉ LUIZ CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**059.320.357-73**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.970	**25,385 %**	**2.581**	**11,030 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.551	**15,815 %**	**26/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ANNA KARLA CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**117.390.787-48**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.970	**25,385 %**	**2.581**	**11,030 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.551	**15,815 %**	**26/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

CAROLINA CHIEPPE KROEFF

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**056.190.347-63**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
960	**8,205 %**	**2.739**	**11,706 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.699	**10,539 %**	**16/10/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CLÁUDIO MÁRIO CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**056.747.047-40**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
960	**8,205 %**	**1.748**	**7,470 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.708	**7,715 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

DECIO LUIZ CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**576.171.987-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**1.802**	**7,701 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.802	**5,134 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

EDILENE CHIEPPE DE CASTRO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**897.340.687-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.880	**24,615 %**	**8.218**	**35,121 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.098	**31,619 %**	**31/12/2009**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

ESPÓLIO DE NASCIR G. G. CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**053.400.737-69**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**16/10/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

GABRIEL CHIEPPE KROEFF

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**104.348.417-57**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
960	**8,205 %**	**2.739**	**11,706 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.699	**10,539 %**	**16/10/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MONTE CARLO PARTICIPAÇÕES S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**991**	**4,235 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
991	**2,823 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
11.700	**100,000 %**	**23.399**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
35.099	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NCC INVESTIMENTOS LTDA.

Acionista

CLARICE P. CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**074.963.477-44**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
746.675	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
746.675	**25,000 %**	**09/12/2003**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ISABELA P. CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**073.083.437-90**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
746.675	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
746.675	**25,000 %**	**09/12/2003**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NCC INVESTIMENTOS LTDA.

Acionista

LETÍCIA P. CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**054.799.647-04**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
746.675	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
746.675	**25,000 %**	**09/12/2003**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**020.238.047-52**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
746.675	**25,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
746.675	**25,000 %**	**09/12/2003**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NCC INVESTIMENTOS LTDA.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.986.700	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.986.700	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

CASSILDA CECCATO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**983.365.767-20**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**18/11/1987**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

DENISE CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**378.215.986-15**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
368.025	**13,000 %**	**1.373.643**	**25,480 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.741.668	**21,183 %**	**30/04/1988**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

FILIPE GONÇALVES CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**102.893.447-51**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
283.096	**10,000 %**	**539.113**	**10,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
822.209	**10,000 %**	**21/08/2002**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

GABRIELA DA MATTA CHIEPPE LEAL

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**057.567.927-16**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**326.100**	**6,049 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
326.100	**3,966 %**	**31/12/2023**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

JÉSSICA DA MATTA CHIEPPE THOMAZINI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**057.567.917-44**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**326.100**	**6,049 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
326.100	**3,966 %**	**31/12/2023**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

JOSIANE CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**557.721.027-53**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
368.025	**13,000 %**	**1.373.643**	**25,480 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.741.668	**21,183 %**	**18/11/1987**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

LUCAS CHIEPPE JUFFO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**100.936.247-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**1**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**14/10/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

MÁRCIA CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**674.464.427-00**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Pessoa Física**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
368.025	**13,000 %**	**1.373.642**	**25,480 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.741.667	**21,183 %**	**18/11/1987**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Acionista

RENAN CHIEPPE

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**674.438.187-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**Desconhecido**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.443.791	**51,000 %**	**78.890**	**1,463 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.522.681	**18,519 %**	**18/11/1987**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

W. CHIEPPE PARTICIPAÇÕES S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.830.963	**100,000 %**	**5.391.132**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
8.222.095	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

RIO NOVO LOCAÇÕES

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**100,000 %**	**0**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

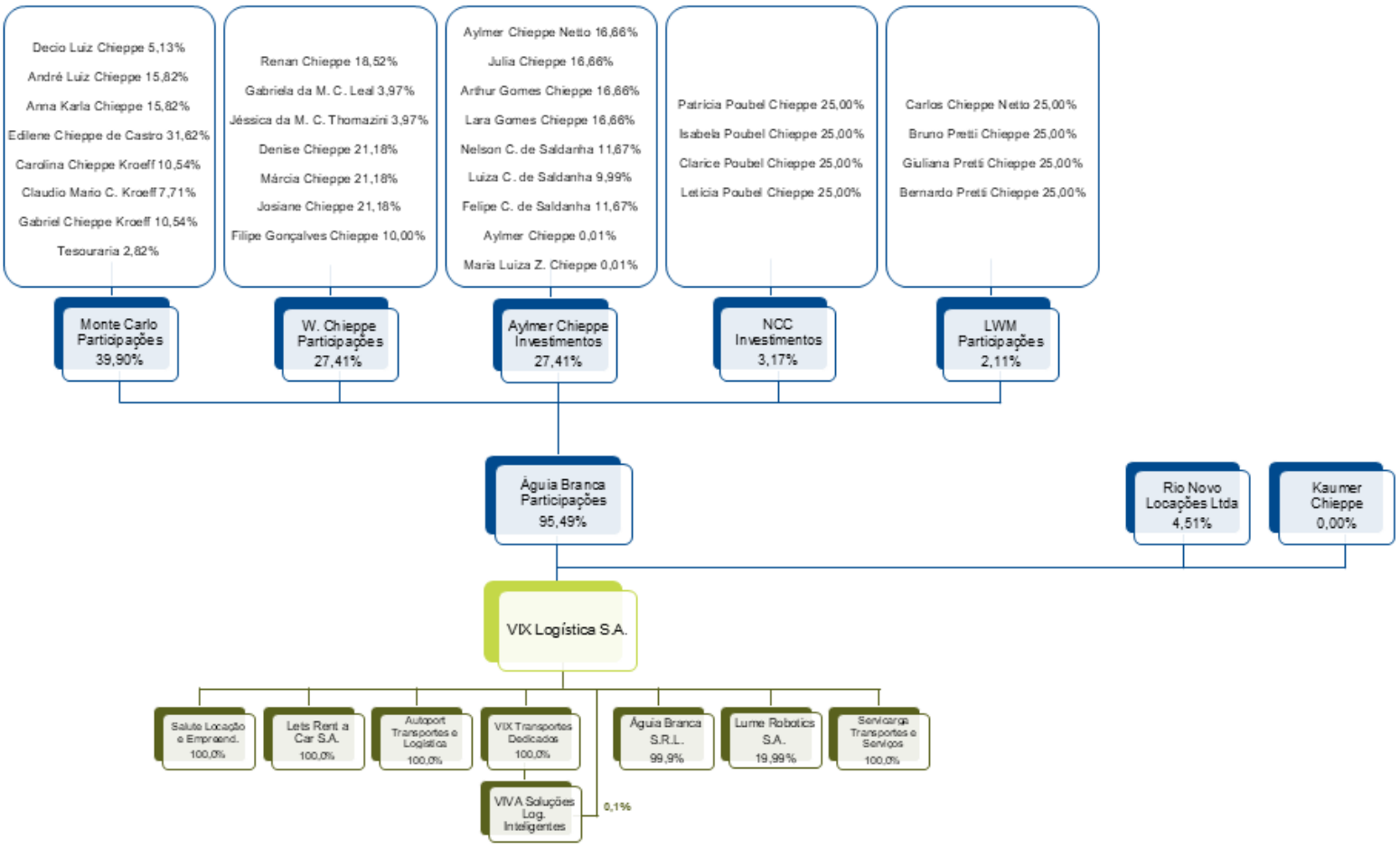
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.


Decio Luiz Chieppe 5,13%
André Luiz Chieppe 15,82%
Anna Karla Chieppe 15,82%
Edilene Chieppe de Castro 31,62%
Carolina Chieppe Kroeff 10,54%
Claudio Mario C. Kroeff 7,71%
Gabriel Chieppe Kroeff 10,54%
Tesouraria 2,82%
Renan Chieppe 18,52%
Gabriela da M. C. Leal 3,97%
Jéssica da M. C. Thomazini 3,97%
Denise Chieppe 21,18%
Márcia Chieppe 21,18%
Josiane Chieppe 21,18%
Filipe Gonçalves Chieppe 10,00%
Aylmer Chieppe Netto 16,66%
Julia Chieppe 16,66%
Arthur Gomes Chieppe 16,66%
Lara Gomes Chieppe 16,66%
Nelson C. de Saldanha 11,67%
Luiza C. de Saldanha 9,99%
Felipe C. de Saldanha 11,67%
Aylmer Chieppe 0,01%
Maria Luiza Z. Chieppe 0,01%
Patricia Poubel Chieppe 25,00%
Isabela Poubel Chieppe 25,00%
Clarice Poubel Chieppe 25,00%
Leticia Poubel Chieppe 25,00%
Carlos Chieppe Netto 25,00%
Bruno Pretti Chieppe 25,00%
Giuliana Pretti Chieppe 25,00%
Bernardo Pretti Chieppe 25,00%
Monte Carlo Participações 39,90%
W. Chieppe Participações 27,41%
Aylmer Chieppe Investimentos 27,41%
NCC Investimentos 3,17%
LWM Participações 2,11%
Águia Branca Participações 95,49%
Rio Novo Locações Ltda 4,51%
Kaumer Chieppe 0,00%
VIX Logística S.A.
Salute Locação e Empreend. 100,0%
Lets Rent a Car S.A. 100,0%
Autoport Transportes e Logística 100,0%
VIX Transportes Dedicados 100,0%
Águia Branca S.R.L. 99,9%
Lume Robotics S.A. 19,99%
Servcarga Transportes e Serviços 100,0%
VIVA Soluções Log. Inteligentes
0,1%

6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 6.

7. Assembleia Geral e Administração
7.1 Principais características dos órgãos da administração e do conselho fiscal

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

Atualmente a Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal. No entanto, a sua Controladora (VIXPar), a partir de uma matriz de materialidade, definiu os pilares e temas prioritários a serem trabalhados, dentre os quais destacam-se o pilar “Pessoas”, onde estão alocadas as iniciativas relacionadas a diversidade e inclusão, objetivos, entregas e indicadores de sucesso, o que, consequentemente, contemplam suas subsidiárias.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

O combate às mudanças climáticas é uma agenda a ser cada vez mais incluída nas atividades e debates da Companhia, o que a torna um dos temas base para a construção da estratégia de seu crescimento sustentável. Por meio de reuniões e implementação de projetos, os órgãos da administração da Companhia têm como principal função debater e traçar metas e objetivos para os compromissos de longo, médio e curto prazo da Companhia quanto às questões climáticas. Sendo assim, a administração da Companhia considera as mudanças climáticas um elemento prioritário, integrando-o à estratégia e ao processo de tomada de decisão.

As emissões da Companhia estão contempladas no inventário de emissões de gases do efeito estufa de sua controladora desde 2021, por meio do padrão GHG Protocol, e contribui ativamente para a construção do Relatório de Sustentabilidade de sua controladora, orientado para divulgação mais ampla de informações, fornecendo estrutura para uma compreensão mais abrangente dos impactos da organização alinhados aos temas materiais, definidos conforme engajamento dos stakeholders e indicadores complementares relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	**3**	**4**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	**0**	**7**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	**0**	**7**	**0**

7.2. Informações relacionadas ao Conselho de Administração, indicar:

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede municipal de computadores onde o documento pode ser consultado

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

c) Se houver, canais instituídos para que as questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ANA SILVIA CALEGARI GAVA **CPF:** 886.541.417-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 24/03/1968

Experiência Profissional: Ana Silvia Gava é graduada em Ciência Contábeis pela FACON, com pós-graduação em Contabilidade Gerencial pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e MBA em Mercado de Capitais pela Fucape. Atua no Grupo Águia Branca desde 1990, primeiramente como sub-contadora na Vitória-Diesel. Desde 1997, integra a Gerência de Controladoria da VIXPar, tendo sob sua responsabilidade as áreas Contábil, Financeira e Arquivo Central. É Diretora da Vix Logística S.A. Adicionalmente, é Diretora da Águia Branca Logística LTDA, Autorport Transportes e Logística LTDA, Vixlog Transportes e Logística LTDA., Lets Rent a Car S.A. e Salute Locação e Empreendimentos Ltda., todas sociedades parte do Grupo Econômico da VIXPar. A Sra. Ana não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/11/2024	31/12/2026	Outros Diretores	Não aplicável	01/01/2025		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDRÉ LUIZ CHIEPPE **CPF:** 059.320.357-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/04/1988

Experiência Profissional: O Sr. André Luiz Chieppe é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleito em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 11/11/2024, tendo firmado termo de posse em 01/01/2025. Seu mandato como membro efetivo do Conselho de Administração será encerrado na data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2027, tendo sido eleito ao cargo pelo Acionista Controlador. O Sr. André Luiz Chieppe não assumiu o cargo de conselheiro consecutivamente e não é enquadrado como conselheiro independente da Companhia. Graduado em Administração de Empresas pela FGV-EAESP com MBA pela IESE Business School. Na sua trajetória profissional na VIXPar, ocupou os cargos de Trainee, Supervisor Operacional, Supervisor Administrativo, Gerente Financeiro e Gerente Geral de Controladoria e Finanças. Atualmente André ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores da VIXPar e na Let's Rent a Car. O Sr. André não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/11/2024	31/12/2026	Diretor de Relações com Investidores		01/01/2025		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CIRO FERREIRA DA ROCHA **CPF:** 008.101.047-84 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/11/1969

Experiência Profissional: Ciro Rocha é graduado em Administração de Empresas e com MBA em Investimentos e Mercado Financeiro pela FUCAPE. Com vasta experiência na área de administração e finanças, tem em sua trajetória profissional quase 30 anos dedicados ao Grupo Águia Branca, em especial à VIXPar, quando iniciou atuação em 1990, já tendo ocupado os cargos nos Setores Financeiro, Administração de Pessoal e Orçamento e Custos. Desde 2018 ocupa a posição de Diretor de Administração, responsável pelas áreas de Suprimentos, Comunicação Externa, Assessoria Técnica, Qualidade e Meio Ambiente, Jurídico, Governança, Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos. É Diretor da Vix Logística S.A., e Diretor da Autoport Transportes e Logística Ltda., Vixlog Transportes e Logística Ltda. e da Lets Rent a Car S.A., sociedade que fazem parte do Grupo Econômico VIXPar. O Sr. Ciro não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/11/2024	31/12/2026	Outros Diretores	Não aplivcável	01/01/2025		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome KAUMER CHIEPPE **CPF:** 769.327.617-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/10/1963

Experiência Profissional: Kaumer Chieppe é graduado em administração de empresas pela FAESA - Faculdades Integradas Espírito-Santenses, além de ter realizado um STC Executivo na J.L Kellog Graduate School of Management, curso em parceria com a Fundação Dom Cabral. Iniciou sua carreira na Viação Águia Branca, empresa do Grupo Águia Branca, em 1984, local onde ocupou o cargo de diretor regional da Bahia em 1990. Em 1997, foi eleito presidente da Associação das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário do Estado da Bahia - ABEMTRO. Também foi diretor de transportes na modalidade de fretamento contínuo do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Espírito Santo ±SETPES, presidente do Sindicato das Empresas de Fretamento de Veículos de Transporte Rodoviário da Região da Grande Vitória - SINFREVI e diretor financeiro da FETRANSPORTES. O Sr. Kaumer Chieppe trabalha na companhia desde 1998, onde acumula o cargo de principal executivo (diretor presidente) e de membro do conselho de administração. Adicionalmente, ocupa posição no conselho de administração da Viação Sul Bahiano, de diretor adjunto da Aylmer Chieppe Investimentos S.A. É Diretor da Águia Branca Participações S.A., da Autoport Transportes e Logística LTDA., Vix Transportes Dedicados LTDA, Vixlog Transportes e Logística LTDA e Águia Branca Logística LTDA; sociedades as quais fazem parte do grupo econômico da Companhia. O Sr. Kaumer não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	19/05/2026	Data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2027	Presidente do Conselho de Administração		19/05/2026	Sim	27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE **CPF:** 020.238.047-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 15/01/1973

Experiência Profissional: A Sra. Patrícia Poubel Chieppe é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, conforme eleita em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 11/11/2024, tendo firmado termo de posse em 01/01/2025. Seu mandato como membro efetivo do Conselho de Administração será encerrado na data da AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2027, tendo sido eleita ao cargo pelo Acionista Controlador. A Sra. Patrícia Poubel Chieppe não assumiu o cargo de conselheira consecutivamente e não é enquadrada como conselheira independente da Companhia. Patrícia Chieppe é graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Espírito Santo, com especialização em Governança Corporativa. Toda sua vida profissional foi dedicada ao Grupo Águia Branca, e teve início no ano de 1991 na Viação Águia Branca, com passagens por áreas administrativas e operacionais, dentre elas como Gerente Operacional e Gerente de Controladoria. Na VIXPar, atuou gerindo o segmento de fretamento e também a área administrativa e financeira da Companhia. De 2012 a 2016 ocupou o cargo de Diretora Administrativa. Ainda no ano de 2016, até hoje, Patrícia responde pela Diretoria Executiva da VIXPar. É Diretora da Águia Branca Logística Ltda., Autoport Transportes e Logística Ltda., Vix Transportes Dedicados Ltda., VixLog Transportes e Logística Ltda. e Lets Rent a Car S.A., as quais fazem parte do Grupo Econômico VIXPar. A Sra. Patrícia não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução da CVM n° 50, de 31 de agosto de 2021.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/11/2024	31/12/2026	Diretor Presidente / Superintendente		01/01/2025		27/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui qualquer comitê estatutário ou não estatutário instalado.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.7. Acordos/seguros dos administradores

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

7.8 Outras informações relevantes

Em complemento às informações constantes do item "*7.3. Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal*", a Companhia detalha abaixo as informações relevantes referentes aos cargos de membros efetivo do Conselho de Administração exercidos pelo Sr. André Luiz Chieppe e pela Sra. Patrícia Poubel Chieppe.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
ANDRÉ LUIZ CHIEPPE	28/04/1988	Conselho de Administração	11/11/2024	Data da AGO que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2027	0
059.320.357-73	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/01/2025	Sim	100%
Diretor de Relações com Investidores					
PATRÍCIA POUBEL CHIEPPE	15/01/1973	Conselho de Administração	11/11/2024	Data da AGO que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2027	0
020.238.047-52	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/01/2025	Sim	100%
Diretor Presidente/Superintendente					

8. Remuneração dos Administradores

8.1. Política ou prática de remuneração

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	4,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não aplicável. Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não aplicável. Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Conselho Fiscal não instalado.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	4,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A..	Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não aplicável. Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A..	Não aplicável. Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não aplicável. Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A..	Não aplicável. Conselho Fiscal não instalado.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	4,42	0	5,42
Nº de membros remunerados	0	0,42	0	0,42
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.		Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	732.137,14	0,00	732.137,14
Benefícios direto e indireto	0,00	227.599,65	0,00	227.599,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não houve outras remunerações além daquelas acima indicadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	325.000,00	0,00	325.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não houve outras remunerações além daquelas acima indicadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	Conselho Fiscal não instalado.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	1.284.736,79	0,00	1.284.736,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	5,00	0	5,75
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0	1,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.		Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.035.533,82	0,00	1.035.533,82
Benefícios direto e indireto	0,00	343.193,51	0,00	343.193,51
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não houve outras remunerações além daquelas acima indicadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.	Conselho Fiscal não instalado.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	229.439,00	0,00	229.439,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados na Controladora, VIX Logística S.A.	Não houve outras remunerações além daquelas acima indicadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.	Conselho Fiscal não instalado.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual 2026 CVM/SEP o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	1.608.166,33	0,00	1.608.166,33

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.7. Opções em aberto

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.10. Outorga de ações

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.12. Precificação das ações/opções

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.13. Participações detidas por órgão

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.14. Planos de previdência

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social findo em 31/12/2025	0,00%	0,00%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2024	0,00%	0,00%	N/A
Exercício social findo em 31/12/2023	0,00%	0,00%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.209.926,13	0,00	4.778.571,72	5.988.497,85
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	754.178,20	754.178,20

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.348.688,70	0,00	4.939.098,29	6.287.786,99
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	.842.041,05	842.041,05

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.274.968,90	0,00	6.172.796,07	7.447.764,97
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	792.578,93	792.578,93

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.192.808,58	0,00	7.331.300,39	8.524.108,97
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

8.20 Outras informações relevantes

No item 8.2 deste Formulário de Referência a Companhia informa o número de membros que compõe a Administração. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício Circular Anual CVM/SEP 2026, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

2025		
Mês	**Número de membros**	**Número de membros remunerados**
Janeiro	4,00	0,00
Fevereiro	4,00	0,00
Março	4,00	0,00
Abril	4,00	0,00
Maio	4,00	0,00
Junho	4,00	0,00
Julho	4,00	0,00
Agosto	4,00	0,00
Setembro	4,00	0,00
Outubro	4,00	0,00
Novembro	4,00	0,00
Dezembro	4,00	0,00
Média	**4,00**	**0,00**

2024		
Mês	**Número de membros**	**Número de membros remunerados**
Janeiro	5,00	1,00
Fevereiro	5,00	1,00
Março	5,00	1,00
Abril	5,00	1,00
Maio	5,00	1,00
Junho	4,00	0,00
Julho	4,00	0,00
Agosto	4,00	0,00
Setembro	4,00	0,00
Outubro	4,00	0,00
Novembro	4,00	0,00
Dezembro	4,00	0,00
Média	**4,42**	**0,42**

2023		
Mês	**Número de membros**	**Número de membros remunerados**
Janeiro	5,00	1,00
Fevereiro	5,00	1,00
Março	5,00	1,00
Abril	5,00	1,00
Maio	5,00	1,00
Junho	5,00	1,00
Julho	5,00	1,00
Agosto	5,00	1,00
Setembro	5,00	1,00
Outubro	5,00	1,00
Novembro	5,00	1,00
Dezembro	5,00	1,00
Média	**5,00**	**1,00**

Conselho de Administração

2025		
Mês	**Número de membros**	**Número de membros remunerados**
Janeiro	1,00	0,00
Fevereiro	1,00	0,00
Março	1,00	0,00
Abril	1,00	0,00
Maio	1,00	0,00
Junho	1,00	0,00
Julho	1,00	0,00
Agosto	1,00	0,00
Setembro	1,00	0,00
Outubro	1,00	0,00
Novembro	1,00	0,00
Dezembro	1,00	0,00
Média	**1,00**	**0,00**

2024		
Mês	**Número de membros**	**Número de membros remunerados**
Janeiro	1,00	0,00
Fevereiro	1,00	0,00
Março	1,00	0,00
Abril	1,00	0,00
Maio	1,00	0,00
Junho	1,00	0,00
Julho	1,00	0,00
Agosto	1,00	0,00
Setembro	1,00	0,00
Outubro	1,00	0,00
Novembro	1,00	0,00
Dezembro	1,00	0,00
Média	**1,00**	**0,00**

2023		
Mês	**Número de membros**	**Número de membros remunerados**
Janeiro	0,00	0,00
Fevereiro	0,00	0,00
Março	0,00	0,00
Abril	1,00	0,00
Maio	1,00	0,00
Junho	1,00	0,00
Julho	1,00	0,00
Agosto	1,00	0,00
Setembro	1,00	0,00
Outubro	1,00	0,00
Novembro	1,00	0,00
Dezembro	1,00	0,00
Média	**0,75**	**0,00**

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
17/03/2022	01/01/2022	

Descrição dos serviços prestados

Os auditores independentes prestarão os serviços de:
(i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2026, 2025, 2024, 2023 e 2022, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);
(ii) revisão das informações trimestrais preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 em 2026, 2025, 2024, 2023 e 2022 (somente para fins comparativos com os relatórios do item (i), sem emissão de relatório específico).

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

A remuneração pelos serviços de auditoria independente da Companhia é paga integralmente pela sua controladora, VIX Logística S.A., não havendo, portanto, desembolso direto por parte da Companhia. Os valores referem-se aos serviços prestados descritos acima.

Justificativa da substituição

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
03/03/2017	01/01/2017	

Descrição dos serviços prestados

Os auditores independentes prestaram os serviços de: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); (ii) revisão das informações trimestrais preparadas de acordo com o CPC 21/IAS 34 em 2018, 2019, 2020 e no exercício social corrente; e (iii) procedimentos pré-acordados em conexão com oferta pública de ações.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

Não aplicável.

Justificativa da substituição

Em atendimento ao art. 31 da Resolução CVM 23/2021, o Conselho de Administração aprovou a contratação da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA em substituição à KPMG Auditores Independentes, em razão de, no mesmo período, ter ocorrido a substituição da KPMG Auditores Independentes pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA, como auditora de sua controladora, a Vix Logística S.A.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

9.3 Política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia não possui política ou procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9.

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10. Recursos Humanos

10.1. Descrição dos recursos humanos

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.2. Alterações relevantes

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4. Relações entre o emissor e sindicatos

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

10.5 Outras informações relevantes

Considerando que os itens anteriores desta Seção 10 são facultativos para a Companhia, registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Companhia informa que não possui outras informações relevantes a divulgar sobre seus recursos humanos na presente data.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia celebra, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas em condições compatíveis com as de mercado. As deliberações referentes a eventuais transações entre a Companhia e partes relacionadas são tomadas, conforme o caso, pelos Acionistas ou Conselho de Administração, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações.

São adotadas as seguintes regras para tratamento com as partes relacionadas:

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 27 de setembro de 2023, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, na análise de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e/ou a Diretoria, conforme competência estabelecida no Estatuto Social, deverão verificar se tais transações serão realizadas em condições comutativas e em observação às Condições de Mercado (conforme definido abaixo).

Em sua análise, deverão observar os seguintes pontos:

- se há motivos claros que justifiquem a realização da Transação com a Parte Relacionada;
- se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, mencionando as bases concretas de comparação adotadas (como, por exemplo, outras cotações de mercado, contratos similares celebrados anteriormente com terceiros, laudos elaborados por terceiros independentes, etc.);
- os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, nos casos de Transações com Partes Relacionadas cujo o valor da operação seja superior a 1% (um por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, conforme patrimônio líquido apurado, conforme última demonstração financeira divulgada pela Companhia;
- se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;
- a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação.

Para os fins da Política de Transações com Partes Relacionadas "Condições de Mercado" significa as condições para as quais foram observadas, durante a negociação, os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros); e (e) comutatividade (relação de troca deve ser equitativa para as partes, refletindo o valor de cada uma delas e repartindo entre elas os potenciais ganhos obtidos com a operação). Na negociação entre Partes Relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

No Grupo Águia Branca, cada divisão possui administração própria e independente, com metas individuais de resultados e autonomia para buscar serviços e produtos nas melhores condições de mercado. Embora a Política de Transações com Partes Relacionadas tenha sido formalmente aprovada em julho de 2021, as boas práticas de governança corporativa nessa matéria já eram aplicadas anteriormente, reflexo dessa estrutura de gestão descentralizada. A prestação de contas das transações com partes relacionadas é tema de extrema relevância para a Companhia, sendo item fixo da pauta semestral de reporte ao Conselho de Administração.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	16/06/2025	1.902.575,40	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A AB Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Venda de veículos seminovos, cujo período operacional nas atividades da Companhia foi concluído, realizada da Companhia para a parte relacionada.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	02/01/2025	4.250.865,35	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Venda de veículos seminovos, cujo período operacional nas atividades da Companhia foi concluído, realizada da Companhia para a parte relacionada.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	16/06/2025	93.000,00	2.889,60	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Venda de veículos seminovos, cujo período operacional nas atividades da Companhia foi concluído, realizada da Companhia para a parte relacionada.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Areas Brasileiras S/A	16/01/2025	8.823.151,57	1.762.664,76	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	A Águia Branca Participações (Controladora indireta da Companhia) possui controle da Trip Participações e da Rio Novo Locações S.A. que possuem participação no capital social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	02/06/2025	13.770,20	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A AB Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aguia Branca Participações S/A	25/02/2025	1.472,19	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte de passageiros por aplicativo. Não há um contrato celebrado entre as partes embasando esta operação. O montante do negócio é variável, por demanda e considera fatores como distância percorrida e tempo de percurso.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SAVANA Comercio de Veículos Ltda	01/09/2025	12.370,08	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A Savana Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	02/01/2025	287.257,08	18.410,67	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	04/02/2025	47.200,20	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	27/01/2025	42.564,11	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	06/01/2025	19.381,32	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores e prestação de serviços de transporte de passageiros por aplicativo. Não há um contrato celebrado entre as partes embasando esta operação.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Viação Aguia Branca S/A.	02/01/2025	1.464.843,84	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Anna Maria Poubel Chieppe	09/01/2025	250,70	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Acionista indireto.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte de passageiros por aplicativo. Não há um contrato celebrado entre as partes embasando esta operação. O montante do negócio é variável, por demanda e considera fatores como distância percorrida e tempo de percurso.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Nilton Carlos Chieppe	16/07/2025	200,26	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Acionista indireto.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte de passageiros por aplicativo. Não há um contrato celebrado entre as partes embasando esta operação. O montante do negócio é variável, por demanda e considera fatores como distância percorrida e tempo de percurso.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Patricia Poubell Chieppe	18/08/2025	3.412,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Membro da diretoria estatutária e acionista indireto.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte de passageiros por aplicativo. Não há um contrato celebrado entre as partes embasando esta operação. O montante do negócio é variável, por demanda e considera fatores como distância percorrida e tempo de percurso.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cassilda Ceccato	28/10/2025	8.571,00	2.857,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Acionista indireto.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte de passageiros por aplicativo. Não há um contrato celebrado entre as partes embasando esta operação. O montante do negócio é variável, por demanda e considera fatores como distância percorrida e tempo de percurso.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	02/09/2025	-288.990,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A AB Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	07/08/2025	-339.800,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	15/09/2025	-49.000,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	24/04/2025	-437.912,60	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	03/01/2025	-1.181.158,56	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A AB Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	03/01/2025	-37.239,99	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Pneus Ltda	26/06/2025	-13.760,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	06/01/2025	-169.473,57	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
V.M. Comércio de Automóveis Ltda	04/02/2025	-40.058,74	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aguia Branca Participações S/A	28/01/2025	-3.824.674,14	-438.274,16	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, tributária, contábil, planejamento econômico, controle de custos e investimentos, segurança patrimonial, gestão de qualidade, entre outros.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lume Robotics S/A	17/01/2025	-206.664,99	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kyoto Comercio de Veículos Ltda	26/02/2025	-499,90	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. A Kyoto Comercio de Veículos Ltda foi incorporada em 27 de março de 2025 pela sua controladora integral, Kurumá Veículos S.A.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	26/02/2026	136.155,72	104,13	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A AB Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	14/01/2026	277.000,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Venda de veículos automotores pertencentes à Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AZUL Linhas Areas Brasileiras S/A	05/01/2026	2.985.078,68	1.672.040,83	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	A Águia Branca Participações (Controladora indireta da Companhia) possui controle da Trip Participações e da Rio Novo Locações S.A. que possuem participação no capital social da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SAVANA Comercio de Veículos Ltda	06/01/2026	12.370,08	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A Savana Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	06/01/2026	42.813,18	7.203,83	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	06/01/2026	22.176,83	10.263,31	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VM Comércio de Veículos Ltda	22/01/2026	8.668,80	5.779,20	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	28/04/2026	5.290,80	5.290,80	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Viação Aguia Branca S/A.	05/01/2026	452.571,09	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cassilda Ceccato	27/01/2026	11.523,23	2.857,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Acionista indireto.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AB Comércio de Veículos Ltda	06/01/2026	-429.316,10	-93.071,43	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. A AB Comércio de Veículos e a Lets Rent a Car são controladas indiretas da Águia Branca Participações.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VD Comércio de Veículos Ltda	21/01/2026	-123.985,95	-324,75	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Kuruma Veiculos Ltda.	23/03/2026	-10.536,88	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Aguia Branca Participações S/A	27/01/2026	-1.612.116,40	-463.750,17	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, tributária, contábil, planejamento econômico, controle de custos e investimentos, segurança patrimonial, gestão de qualidade, entre outros.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lume Robotics S/A	04/02/2026	-57.246,41	-9.751,50	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
EV Comércio de Veículos Ltda	28/04/2026	-1.184,98	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela Águia Branca Participações, controladora indireta da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística	09/09/2025	-119.272,30	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	30/06/2025	-339.800,00	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Transportes Dedicados Ltda	11/08/2025	-46.314,06	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Aquisição de veículos para utilização na atividade operacional da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de pedido específico de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de imobilizado					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística	30/01/2025	-8.149.322,19	-915.476,18	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	18/03/2025	-238.399,71	258,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Prestação de serviços de frete e transporte de cargas. Não há contrato celebrado entre as partes que fundamente esta operação, a qual é realizada sob demanda, mediante emissão de ordem de compra e/ou solicitação de serviço.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Transportes Dedicados Ltda	27/03/2025	-10.051,51	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	16/06/2025	2.162.399,68	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Venda de veículos seminovos, cujo período operacional nas atividades da Companhia foi concluído, realizada da Companhia para a parte relacionada. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística	10/06/2025	7.649,69	121,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Venda de veículos seminovos, cujo período operacional nas atividades da Companhia foi concluído, realizada da Companhia para a parte relacionada. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	21/11/2025	9.080.807,48	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	0,00
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Venda de veículos seminovos, cujo período operacional nas atividades da Companhia foi concluído, realizada da Companhia para a parte relacionada. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística S/A	26/01/2026	-1.408.049,50	-333.068,90	Não é possível aferir	Por demanda	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Compra de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção em veículos automotores da Companhia. Não há um contrato celebrado entre partes embasando esta operação, que é realizada por demanda, mediante a emissão de ordem de compra.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a pagar/fornecedores. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Autoport Transporte e Logística Ltda	06/01/2026	20.483,64	0,00	Não é possível aferir	Por demanda	
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Logística S/A	28/01/2026	33.330,00	5.445,00	Não é possível aferir	Por demanda	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Locação de veículos automotores para uso operacional da parte relacioanda.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber. Para fins deste Formulário de Referência o montante do negócio corresponde ao saldo das operações apuradas nos relatórios gerenciais até a data deste formulário.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Vix Transportes Dedicados Ltda	16/12/2025	0,00	103,03	Não é possível aferir	Por demanda	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Ressarcimento de taxas diversas pagas pela empresa emissora. Não há contrato celebrado entre as partes embasando esta operação, que é realizada mediante solicitação específica e apresentação dos comprovantes correspondentes.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outras contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Salute Locação e Empreend. LTDA	14/11/2025	0,00	104,13	Não é possível aferir	Por demanda	0
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum. Sociedade 100% controlada pela VIX Logística S.A., controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Ressarcimento de multas de transito pagas pela empresa emissora. Não há contrato celebrado entre as partes embasando esta operação, que é realizada mediante solicitação específica e apresentação dos comprovantes correspondentes.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Outras contas a receber					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2.n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses
A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. As operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas estão amparadas pela legislação aplicável, principalmente nos artigos 155 e 156 da Lei das Sociedades por Ações, assim como pela sua Política de Transações entre Partes Relacionadas, os quais vedam a realização de transações em que o interesse pessoal das partes seja conflitante com os interesses da Companhia.

As decisões sobre as operações da Companhia são submetidas aos seus órgãos decisórios conforme disposto em seu Estatuto Social. O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com os da Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do conselho de administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo. Adicionalmente, o membro do conselho de administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de conselho de administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

A Companhia adota as práticas de governança previstas pela legislação, incluindo as estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3. As disputas e controvérsias que envolvam a Companhia ou seus acionistas, administradores e/ou conselheiros fiscais, decorrentes ou relacionadas ao seu Estatuto Social, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às demais normas aplicáveis que não possam ser solucionadas amigavelmente dentro de um prazo improrrogável de 30 dias, serão dirimidas por arbitragem pela Câmara de Arbitragem Empresarial, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.2.o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas é apurada mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato entre as partes relacionadas, face a outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

Em relação às transações com partes relacionadas existentes até a data deste Formulário de Referência e reportadas no item 11.2 deste Formulário de Referência as medidas tomadas pela Companhia para assegurar a comutabilidade e a compensação adequada foram:

(i) Contratos de aquisição de veículos:
A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 27 de setembro de 2023 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir. Previamente a homologação da política, a análise das transações de todas as compras e locações de veículos foram realizadas em condições e termos compatíveis àquelas realizadas com terceiros não relacionados.

As transações têm como base o princípio da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado). A precificação dos veículos adquiridos, tanto para transações com partes relacionadas, quanto em transações com terceiros não relacionados, observou orçamentos realizados com terceiros, o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, e condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia. Ainda, a Companhia utiliza como parâmetro para a precificação, os preços médios previstos de mercado, como na Tabela divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Dessa forma, a Companhia realiza um comparativo entre os descontos outorgados na precificação de veículos adquiridos com terceiros não relacionados e aqueles adquiridos com a Parte Relacionada, de modo a verificar se o percentual de desconto ocorre em patamar similar, tendo como base avaliações dos preços de veículos no mercado, sobretudo a tabela Fipe.

(ii) Contratos relativos à locação de veículos operacionais:
A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 27 de setembro de 2023 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir. Previamente a homologação da política, a análise das transações de todas as compras e locações de equipamentos foram realizadas com condições e termos compatíveis àquelas realizadas com terceiros não relacionados.

As transações têm como base o princípio da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado), tal que a Companhia realiza cotações com terceiros e estudo de preços de mercado. A precificação da locação de veículos em transações desta natureza segue a tabela de preços vigente da Companhia e mesmas condições de negociação com outros clientes da Companhia. Para o envio de proposta a clientes ou para participação pela Companhia em processos competitivos, tanto para partes relacionadas como para partes não relacionadas, os preços partem do mesmo patamar (tabela da companhia) e então podem ser formatos com base nas condições de cada solicitação/cotação (prazo, quantidade de veículos, adequações solicitadas nos veículos, dentre outros critérios). A Companhia avalia, então, se contratações semelhantes realizadas entre empresas não relacionadas possuem preços semelhantes aos que estão sendo oferecidos às Partes Relacionadas.

(iii) Contratos de aquisição de peças e serviços para manutenção da frota operacional:
A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 27 de setembro de 2023 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir. Previamente a homologação da política, a análise das transações de todas as aquisições de peças e serviços para manutenção da frota foram realizadas em observância a critérios técnicos, visando a preservação da garantia de fábrica, tendo como orientação o princípio da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado), uma vez que a Companhia realiza cotações com terceiros e estudo de preços de mercado.

A precificação das peças e da prestação de serviços de manutenção de veículos observa, tanto para transações com partes relacionadas, quanto para transações com terceiros não relacionados, a requisição de orçamentos. O procedimento de obtenção das cotações e orçamentos é realizado diariamente pela Companhia, e comumente são realizadas operações com terceiros a ela não relacionados. Esse processo é realizado pelo departamento de suprimentos da Companhia, que envia essas requisições aos seus fornecedores. Além disso, são observadas as condições técnicas e comerciais similares, sendo escolhidas as melhores opções para a Companhia que, em sua grande maioria, se dão com terceiros.

(iv) Contratos relativos a serviços de compartilhamento de recursos:
A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 26 de julho de 2021 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir.

A Companhia esclarece que utiliza um modelo de rateio de custos relativo a serviços de consultoria e assessoria jurídica, tributária, contábil, planejamento econômico, controle de custos e investimentos e serviços de informática, o qual é adotado pelas divisões do grupo. Dessa forma, todos os serviços contratados apresentam valores pagos por rateio entre a Companhia e a Águia Branca Participações S.A., conforme contrato vigente, o que leva a um baixo custo de contratação dos serviços, quando comparado com os preços de mercado.

Em relação às tecnologias, todas são contratadas com empresas regulares e competitivas no mercado e que obedecem às normas de compliance e LGPD aplicáveis e adotadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia realiza revisões periódicas de qualidade dos serviços, para garantir que estes seguem a excelência praticada e esperada pelo mercado.

(v) Contratos relativos à venda de veículos operacionais seminovos:

A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 27 de setembro de 2023 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir. Previamente à homologação da política, as transações de venda de veículos seminovos foram realizadas em condições e termos compatíveis àquelas praticadas com terceiros não relacionados.

A venda de veículos seminovos constitui atividade realizada pela Companhia de forma ampla no mercado. As transações têm como base o princípio da competitividade, com preços e condições compatíveis com os praticados no mercado. A precificação dos veículos seminovos comercializados, tanto em transações com partes relacionadas quanto com terceiros não relacionados, observa como parâmetro principal os preços médios de mercado divulgados pela Tabela FIPE, adotada pela Companhia como referência de avaliação. A partir desse patamar, a Companhia aplica condições técnicas e comerciais similares às praticadas com demais compradores, verificando se os percentuais de desconto eventualmente concedidos em operações com partes relacionadas ocorrem em nível equivalente àqueles praticados com terceiros, assegurando que as condições ofertadas não sejam mais favoráveis à parte relacionada do que aquelas disponíveis no mercado em geral.

(vi) Contratos relativos ao serviço de transporte de passageiros por aplicativo:
A Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 27 de setembro de 2023 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir.

A prestação de serviços de transporte por aplicativo constitui atividade realizada pela Companhia de forma ampla no mercado. A precificação é definida pela tabela de preços vigente da plataforma de propriedade da Companhia, aplicada de forma uniforme a todos os usuários, sejam ele relacionados ou não. As transações têm como base o princípio da competitividade, com preços e condições compatíveis com os praticados no mercado de transporte por aplicativo, tais como distância do trajeto, tarifa, oferta e demanda, entre outros, observando-se os mesmos parâmetros comerciais aplicáveis a contratações realizadas com terceiros não relacionados.

(vii) Contratos relativos à prestação de serviços de frete e transporte de cargas:
A Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia foi aprovada em 27 de setembro de 2023 e contém todas as diretrizes de negociação que a Companhia se compromete a seguir. Previamente à homologação da política, as contratações de serviços de frete e transporte de cargas foram realizadas com condições e termos compatíveis àqueles praticados com terceiros não relacionados.

A prestação de serviços de frete e transporte de cargas por partes relacionadas à Companhia é residual em relação ao volume total de fretes contratados. As transações têm como base o princípio da competitividade, com preços e condições compatíveis com os praticados no mercado. A contratação desses serviços, tanto com partes relacionadas quanto com terceiros não relacionados, é precedida de processo de cotação conduzido pela Companhia junto a fornecedores do mercado, sendo as melhores condições técnicas e comerciais o critério determinante de seleção. Eventuais contratações com partes relacionadas podem considerar, adicionalmente, critérios de viabilidade operacional, como a proximidade de bases da parte relacionada à origem ou destino da carga, desde que as condições comerciais praticadas se mantenham compatíveis com as obtidas no processo de cotação com terceiros.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2023	N/A	578.986.461,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
578.986.461	0	578.986.461

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2023	N/A	578.986.461,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
578.986.461	0	578.986.461

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/09/2023	N/A	578.986.461,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
578.986.461	0	578.986.461

12.2. Emissores estrangeiros – Direitos e regras

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Notas Comerciais
Data de emissão	14/03/2023
Data de vencimento	15/06/2030
Quantidade Unidade	150.000
Valor nominal global R$	150.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	113.568.942,32
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais Escriturais não serão depositadas para negociação em mercado organizado de valores mobiliários junto à B3.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de resgate equivalente a (i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (ii) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão); (iii) 1,00% (um inteiro por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e o 54º (quinquagésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (v) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Notas Comerciais Escriturais, em série única da 1ª emissão da Companhia, com garantia fidejussória, para distribuição privada, com a data de vencimento conforme prevista acima. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 1,87% (um inteiro e oitenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As Notas Comerciais Escriturais possuem garantia fidejussória. As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito das Notas Comerciais e encontram-se descritas no Termo de Emissão. Tendo em vista se tratar de emissão privada, não há Agente Fiduciário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Celebração de instrumento particular de aditamento devidamente assinado pelas Partes.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Amortização Extraordinária Facultativa: Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de amortização extraordinária equivalente a (i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (ii) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão); (iii) 1,00% (um inteiro por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e o 54º (quinquagésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (v) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra a partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/10/2025
Data de vencimento	15/10/2031
Quantidade Unidade	300.000
Valor nominal global R$	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	318.564.052,44
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre: (i) Investidores Profissionais, a qualquer tempo; (ii) investidores qualificados, conforme definidos nos artigos 12 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 30”), após decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “a”, da Resolução CVM 160; e (iii) ao público investidor em geral após decorrido 1 (um) ano contado da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “b”, da Resolução CVM 160, tendo em vista a condição de emissor de valores mobiliários categoria “A” da Emissora.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a partir de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 16 de outubro de 2028 (exclusive), mediante notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Agente de Liquidação, o Escriturador e à B3 ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.18 acima, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo resgate (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo”, respectivamente). O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) do respectivo prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única. O valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (taxa DI), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,25% ao ano-base 252 dias úteis. As Debêntures possuem cessão fiduciária de direitos creditórios, e conta com garantia adicional fidejussória.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) a pedido de Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou (iv) por exigência da CVM. A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal previsto na Cláusula 4.18 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quórum. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em qualquer uma das convocações.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Amortização extraordinária facultativa: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a caso, e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, a qualquer tempo a partir de 36 (trinta e seis) meses (exclusive) contado da Data de Emissão. Resgate antecipado facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a partir de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, ou seja, a partir de 16 de outubro de 2028 (exclusive), mediante notificação prévia aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Agente de Liquidação, o Escriturador e à B3 ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do efetivo resgate. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Nota Comercial**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Notas Comerciais
Data de emissão	08/01/2026
Data de vencimento	08/01/2032
Quantidade Unidade	200.000
Valor nominal global R$	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	203.300.730,95
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais Escriturais não serão depositadas para negociação em mercado organizado de valores mobiliários junto à B3.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de resgate equivalente a (i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (ii) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão); (iii) 1,00% (um inteiro por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e o 54º (quinquagésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (v) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Notas Comerciais Escriturais, em série única da 1ª emissão da Companhia, com garantia fidejussória, para distribuição privada, com a data de vencimento conforme prevista acima. O valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário, disponibilizado em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (Taxa DI), acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 1,87% (um inteiro e oitenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. As Notas Comerciais Escriturais possuem garantia fidejussória. As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito das Notas Comerciais e encontram-se descritas no Termo de Emissão. Tendo em vista se tratar de emissão privada, não há Agente Fiduciário.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Celebração de instrumento particular de aditamento devidamente assinado pelas Partes.
Outras características relevantes	Amortização Extraordinária Facultativa: Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa a Emissora deverá realizar o pagamento de prêmio de amortização extraordinária equivalente a (i) 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (ii) 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão); (iii) 1,00% (um inteiro por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) e o 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; (iv) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra entre o 49º (quadragésimo nono) mês (inclusive) e o 54º (quinquagésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão; e (v) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) flat incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, caso a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra a partir do 55º (quinquagésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão. Vencimento Antecipado: as obrigações podem ser declaradas vencidas antecipadamente, dentre outros, em caso de decretação de falência da Companhia ou qualquer sociedade da qual a Companhia detenha o controle, em caso de propositura pela Companhia ou por qualquer de suas controladas de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, entre outros casos. Restrições Impostas ao Emissor: Apurado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras auditadas e consolidas e/ou nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas e consolidadas da Companhia, conforme descrito no item 2 deste Formulário de Referência.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	12	71
Nota Comercial	0	0	2

12.5 Mercados de negociação no Brasil

A Companhia não possui ações negociadas e/ou listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

As debêntures da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário, por meio do Balcão B3, também administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia é registrada perante a CVM na categoria B, conforme art. 3º, II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

12.9 Outras informações relevantes
Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Patrícia Poubel Chieppe	Diretor Presidente	Registrado	
André Luiz Chieppe	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Sra. Patrícia Poubel Chieppe, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade 909.682/SSP ES, e inscrita no CPF sob o número 020.238.047-52, atesta que:

(i) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(ii) Todas as informações contidas no Formulário de Referência da companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, e suas alterações, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) As informações contidas no Formulário de Referência da Companhia retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e os riscos inerentes à suas atividades.

DocuSigned by:
Patrícia Poubel Chieppe
E5FA686C21BA427...

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Sr. André Luiz Chieppe, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade 2.095.913/SSP ES, e inscrito no CPF sob o número 059.320.357-73, atesta que:

(i) Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

(ii) Todas as informações contidas no Formulário de Referência da companhia atendem ao disposto na Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, e suas alterações, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) As informações contidas nesse Formulário de Referência retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes à suas atividades.

Signed by:
Andre Luiz Chieppe
D2447A59D74E4C2...

Documento não preenchido.